

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
BACHARELADO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

Ivone dos Passos Maio

**Ocupação de espaços públicos de Porto Alegre com eventos culturais-políticos: teorias
leigas sobre os sentidos de participação política**

Porto Alegre - RS, 2019.

Ivone dos Passos Maio

**Ocupação de espaços públicos de Porto Alegre com eventos culturais-políticos: teorias
leigas sobre os sentidos de participação política**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como
requisito parcial para obtenção do título de Bacharel
em Ciências Sociais.

Orientador: Prof. Dr. Marcelo Kunrath Silva

Porto Alegre - RS, dezembro de 2019

CIP - Catalogação na Publicação

Maio, Ivone dos Passos

Ocupação de espaços públicos de Porto Alegre com eventos culturais-políticos: teorias leigas sobre os sentidos de participação política / Ivone dos Passos Maio. -- 2019.

61 f.

Orientador: Marcelo Kunrath Silva.

Trabalho de conclusão de curso (Graduação) -- Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Bacharelado em Ciências Sociais, Porto Alegre, BR-RS, 2019.

1. Espaço público. 2. teoria leiga. 3. ocupação. 4. festa de rua. 5. participação política. I. Silva, Marcelo Kunrath, orient. II. Título.

A Jorge, Elis e Ian pelo amor dos dias.

AGRADECIMENTOS

Ao meu orientador Marcelo, um professor muito generoso;

Às/aos demais colegas do Grupo de Pesquisa Associativismo, Contestação e Engajamento (GPACE) pelo acolhimento, pelo estímulo e aprendizado constante;

À Cinara Rosenfield, pelo olhar minucioso na etapa do projeto e pelo incentivo para ir além;

Às pessoas que me deram entrevistas, pela disponibilidade e confiança.

“Um grupo de cerca de 200 jovens usando panos pretos no rosto, aos gritos de ‘protesto não é festa’, jogou pedras nos policiais e contra o Palácio da Justiça”.
(Jornal Zero Hora, 27/06/2013)

“Defendendo a alegria como uma trincheira, um princípio, um destino, o coletivo se soma aos diversos movimentos populares na construção de uma sociedade mais solidária”. (Coletivo Defesa Pública da Alegria – desde 2012, em sua página no Facebook)

RESUMO

Nos últimos anos, na esteira dos movimentos conhecidos como *Occupy*, há um crescente movimento de ocupação do espaço público, em especial com atividades culturais com pautas políticas anunciadas ou subjacentes, que tem chamado a atenção nas cidades brasileiras: piqueniques culturais, *slams* poéticos, rodas de samba, intervenções artísticas, festas de rua, blocos de carnaval entre outras. Estas iniciativas parecem relacionar-se com uma nova forma de entender a participação política que passa por fora das instituições convencionais. Junto a este debate, sobre a cultura como expressão e canal político e o repertório da ocupação parecem estar expostas as tensões sobre os espaços públicos, pressionados pela lógica da privatização e muitas vezes esvaziados pela negligência das políticas públicas e/ou pela violência urbana. Este emaranhado que constrói o fenômeno merece atenção especial da Sociologia Política, porque parece informar sobre as relações das pessoas, em especial dos jovens, com a política na contemporaneidade. Este trabalho tem como objetivo investigar qual o sentido de participação política dos recentes eventos culturais em espaços públicos urbanos de Porto Alegre que unem produção cultural e contestação? A busca desse sentido se dá pela visão dos próprios atores. Então, de forma mais específica, pretende descrever os eventos culturais estudados; verificar qual(is) a(s) teoria(s) leiga(s) dos organizadores sobre participação política e como isso se expressa na estruturação dos eventos e examinar como tal(is) teoria(s) se relacionam com as concepções sobre participação política encontradas na literatura. Para isso, foram utilizadas três técnicas de coleta de dados: a pesquisa documental, a observação direta e a entrevista semi-estruturada. Tendo como amostra três eventos culturais-políticos de Porto Alegre/RS. A análise se deu por codificações indutivas e dedutivas, com a ajuda do software NVivo. As análises das teorias leigas dos atores apontam para uma compreensão multidimensional da participação política que se afasta da abordagem tradicional da literatura, principalmente ao expor a combinação de motivações políticas, econômicas e hedonistas e ao entender que promover valores e práticas por meio de vivências transformadoras é uma forma de produzir mudança social.

Palavras-chave: participação política – eventos de rua – espaço público – contestação política - teoria leiga

SUMÁRIO

| | |
|--|-----------|
| 1. Introdução | 7 |
| 2. Eventos culturais-políticos nos espaços públicos de Porto Alegre: do que estamos falando? | 11 |
| 3. Fundamentação Teórica | |
| 3.1.Participação Política: um estudo sobre tudo?..... | 17 |
| 3.2. 5. Teoria Leiga: como o mundo funciona? . | 23 |
| 4. Procedimentos Metodológicos | 26 |
| 5. Teorias leigas sobre participação política: as festas de rua como eventos culturais, políticos, econômicos e lúdicos | |
| 5.1. Breve descrição dos eventos | 29 |
| 5.1.1. Arruaça | 29 |
| 5.1.2. Samba de Terça | 32 |
| 5.1.2. Cumbia na rua – bailando sin fronteras | 35 |
| 5.2. Para além das dimensões da participação política | 37 |
| 5.2.1. Locus | 37 |
| 5.2.2. Alvo | 40 |
| 5.2.3. Motivação | 47 |
| 6. Considerações Finais | 54 |
| 7. Referências | 58 |

1. INTRODUÇÃO

Minha primeira aproximação com os eventos culturais-políticos de rua de Porto Alegre se deu com a intenção de conhecer uma certa inovação no repertório¹ de ação política de movimentos que tinham como pauta o “direito à cidade”. Me interessava especialmente a performance lúdica/cultural como forma de atuação política. Minha referência pessoal até então, era o *Serenata Iluminada* e o *Picnic no Museu*, os quais eu já havia frequentado antes de ter interesse de pesquisa no tema. A busca de ampliar a aproximação com o tema de pesquisa se deu via pesquisa nas páginas do Facebook, contemplando os eventos e seus organizadores (coletivos ou individuais). Esta etapa teve como intuito fazer um mapeamento dos eventos, dos locais onde ocorriam, de seus organizadores e de suas pautas políticas, normalmente expressas nos textos de apresentação do evento, do coletivo ou ao longo das publicações das páginas. O resultado foi um quadro-síntese que consta neste trabalho e que apresenta grande diversidade. Para iniciar a observação direta, numa etapa ainda exploratória, em abril deste ano fui ao *Slam Resistência*, que ocorre um sábado por mês no Largo Glênio Peres. A escolha deste evento se deu especialmente por me parecer que sua pauta política era evidente no seu nome e no discurso sobre a questão étnica-racial encontrado no Facebook. Voltei ao evento mais duas vezes e os temas trazidos por meio dos poemas eram de forte crítica social, em especial ao racismo, percebi que tal evento não poderia ser compreendido somente do ponto de vista da reivindicação do direito à cidade. Ao longo do trabalho, essa percepção foi reafirmada como por exemplo, quando um dos meus entrevistados afirmou que mesmo que “o direito à cidade” seja uma pauta do coletivo, não se sentia totalmente contemplado com o rótulo, porque suas ações de festa na rua eram, por um lado, mais do que isso e, por outro, era difícil (ou constrangedor) colocar temas como busca pela moradia digna e a festa no mesmo cesto. Esta diversidade de sentidos dos eventos a que chamo culturais-políticos foi ao mesmo tempo uma angústia – porque tendemos a buscar definições claras – e uma oportunidade, para questionar qual sentido estes eventos tinham para seus atores.

¹ Em referência ao conceito de Charles Tilly. Repertório é o “pequeno leque de maneiras de fazer política num dado período histórico” (ALONSO, 2012. p. 22).

Na última década este movimento crescente de ocupação do espaço público, em especial com atividades culturais com pautas políticas anunciadas ou subjacentes, tem chamado a atenção nas cidades brasileiras²: piqueniques culturais, *slams* poéticos, rodas de samba, intervenções artísticas, festas de rua, blocos de carnaval entre outras. Estas iniciativas parecem relacionar-se com uma nova forma de entender a participação política que passa por fora das instituições convencionais, talvez expressando o argumento sobre a crise de representatividade dos partidos políticos e dos espaços tradicionais da política (MAIR, 2003). O repertório de ação política de ocupar espaços não é novo, mas parece ganhar novos significados na realidade que busco conhecer: organizado por grupos com baixa institucionalização e ênfase em organização horizontal, contestação como parte de um estilo de vida, apropriação de espaços públicos com repertórios ligados a performances culturais, ao lúdico e ao lazer e uma lógica de significado em que o objeto de contestação se realiza na ação.

A estratégia de ocupação dos espaços públicos com ações lúdicas e culturais como repertório de ação política tem desafiado conceitos tradicionais de participação política. Como tudo que é novidade, divide opiniões. De um lado parece haver a crítica destes movimentos como desorganizados, desorientados politicamente e vazios de uma agenda política concreta. Por outro lado, há quem os veja como a grande novidade na cena política/cultural, uma vez que não só demandam, mas realizam a transformação social. A abordagem na revista Página 22 é um bom exemplo dessa divergência de interpretações. No artigo chamado “Operação ocupação”, a autora afirma, “a impressão é que se trata de cada um por si. Um bando de formigas, atarefadamente, cuidando de sua própria microtarefa autoimposta. (...) Mas, como em um formigueiro real, o caos é apenas aparente. Basta dar um passo atrás e uma forma orgânica e complexa de ordem começa a emergir” (RODRIGUES, 2015, p.39). Ou em outro artigo, intitulado “Cultura de ocupação”, que informa no seu subtítulo “atividades artísticas e culturais viram ferramentas para seduzir os cidadãos e convencê-los a voltar aos espaços públicos” (CULTURA... 2015, p. 44).

Junto a este debate, sobre a cultura como expressão e canal político e o repertório da ocupação parecem estar expostas as tensões sobre os espaços públicos, pressionados pela lógica da privatização e muitas vezes esvaziados pela negligência das políticas públicas e/ou pela violência urbana. Este emaranhado que constrói o fenômeno merece atenção especial da

² Como mostram reportagens na mídia, como a do jornal gaúcho Extra Classe “Festa também é política nas ruas” (FELIPE, 2016) e da Revista 22, citadas acima (CULTURA...2015; RODRIGUES, 2015).

Sociologia Política, porque parece informar sobre as relações das pessoas, em especial dos jovens, com a política na contemporaneidade.

Além disso, a escolha do tema foi motivada pela minha participação desde março de 2017, no Grupo de Pesquisa Associativismo, Contestação e Engajamento (GPACE), no qual tive a oportunidade de aprender e me envolver com o tema do ativismo político. Foi lá também que tive contato com dois trabalhos que dialogam com esta pesquisa. O primeiro deles abordou as inovações nas performances de contestação, entre elas as ações marcadas pela ludicidade (SILVA, 2013 e 2016). Já o segundo, ao se dedicar a compreender as diferentes formas de enquadramento interpretativo de ativistas do movimento pelos direitos animais em sua relação com a mídia, indica que tais enquadramentos parecem relacionados a teorias destes ativistas sobre como funciona a política, quem são seus interlocutores e como se produz a mudança social (PEREIRA, 2014). A possibilidade de pesquisar um tema que está em diálogo com a produção do GPACE e que possui interface com temas como cultura, cidade, espaço público, lazer é um instigante desafio de encontro com minha trajetória acadêmica prévia à graduação em Ciências Sociais, na área do Turismo, e com minha área de trabalho na Prefeitura de Porto Alegre com políticas públicas de Lazer e Turismo.

Dessa forma, este trabalho busca responder à seguinte questão: Qual o sentido de participação política dos recentes eventos culturais em espaços públicos urbanos de Porto Alegre que unem produção cultural e contestação? Enfatizo que a busca desse sentido se dá pela visão dos próprios atores. Então, de forma mais específica, tenho como objetivo: descrever brevemente os eventos culturais estudados; verificar qual(is) a(s) teoria(s) leiga(s) dos organizadores sobre participação política e como isso se expressa na estruturação dos eventos; examinar como tal(is) teoria(s) se relacionam com as concepções sobre participação política encontradas na literatura.

O caminho percorrido para dar conta destes objetivos inicia com o capítulo 2 **Eventos culturais-políticos nos espaços públicos de Porto Alegre: do que estamos falando?**, em que busco contextualizar e caracterizar os eventos de rua de Porto Alegre, relacionando-os ao repertório político da ocupação que marcou as reivindicações a partir de 2011 que ficou conhecido como *Occupy*. Esta seção também destaca como a literatura interpretou tais eventos, ora como expressão de cidadania e participação, ora como movimentos cuja falta de objetividade política os tornavam ineficazes.

O terceiro capítulo dedica-se à **Fundamentação Teórica** e subdivide-se em duas seções para dar conta de dois conceitos fundamentais à pesquisa. Em **Participação Política: um estudo sobre tudo?** ganha espaço a discussão sobre participação política e o quanto os pesquisadores têm encontrado dificuldade em delimitar fronteiras ao conceito que vem, ao longo dos últimos sessenta anos, sendo dilatado para dar conta de um repertório crescente e de uma extensão do domínio da política. O subcapítulo destaca a proposta de Van Deth (2014) de um mapa conceitual da participação política, que gera três tipos de participação com base no *locus* político, no alvo político ou na motivação política dos atores. Soma-se a esta abordagem, contribuições sobre a chamada *lifestyle politics*, que identifica que as escolhas cotidianas relacionadas ao consumo e estilo de vida têm ganhado um sentido político. Já o subcapítulo **Teoria Leiga: como o mundo funciona?** busca discutir como alguns pesquisadores têm abordado a forma como os atores produzem teorias sobre o mundo a sua volta e buscam relacionar tais teorias com a tomada de decisão sobre as ações. A abordagem sobre a teoria leiga parte da ideia de que as pessoas possuem teorias de como o mundo funciona e que coletam experiências, evidências, além de produzir abstrações e explicações, que servem tanto para orientar como para interpretar suas ações e significar a ação de outros.

O quarto capítulo evidencia os **Procedimentos Metodológicos**, que combinaram três técnicas de coleta de dados: a pesquisa documental, a observação direta e a entrevista semi-estruturada. Tendo como amostra três eventos de Porto Alegre: Arruaça, Samba de Terça e Cumbia na rua – bailando sin fronteras. A análise se deu por codificações indutivas e dedutivas, com a ajuda do software NVivo.

O quinto capítulo **Teorias leigas sobre participação política: as festas de rua como eventos culturais, políticos, econômicos e lúdicos** traz a análise dos dados e busca, especialmente, evidenciar que teorias leigas de participação política foram identificadas nas falas dos organizadores dos eventos culturais-políticos. Num jogo de contraste com a teoria científica, as teorias leigas são abordadas a partir de três dimensões da tipologia de Van Deth (2014) - *locus*, alvo e motivação, ao mesmo tempo em que subvertem a compreensão das categorias propostas pelo autor, dando outros significados aos conceitos. As **Considerações finais** fazem um balanço dos resultados obtidos e propõem possibilidades de pensar cenários mais amplos para entender a realidade pesquisada.

2. EVENTOS CULTURAIS-POLÍTICOS NOS ESPAÇO PÚBLICOS DE PORTO ALEGRE: DO QUE ESTAMOS FALANDO?

A partir da segunda década dos anos 2000, há uma crescente ocupação de espaços públicos em Porto Alegre, em especial praças e parques, com atividades culturais, muitas inclusive durante a noite. Este uso noturno dos espaços públicos causam um estranhamento, considerando a cultura brasileira marcada pela violência urbana e por uma espécie de “toque de recolher” tácito. Mesmo os eventos que acontecem durante o dia, parecem trazer uma inovação na forma com que se relacionam com o território, em que a “ocupação” ganha um sentido político e toma forma por meio de atividades culturais. Estas atividades, em sua maioria, não são propostas pelo poder público, nem por grandes produtoras e sim mobilizadas de forma autônoma por indivíduos, pelos autodenominados “coletivos” ou por produtores independentes. Outra característica que parecem compartilhar é a compreensão de tais eventos como expressão de contestação da ordem social que estaria cada vez mais produzindo uma lógica de privatização dos espaços públicos, além de historicamente marginalizar expressões culturais de grupos não hegemônicos. Percebe-se ainda, que muitos eventos são caracterizados como feiras – privilegiando produtos artesanais ou de reuso – que constroem sua proposta numa narrativa sobre consumo local, valorização do pequeno empreendedor, realçando além da feira, uma programação cultural intensa (música, yoga, dança).

Uma primeira aproximação deste fenômeno empírico, parece indicar então, que, apesar do evento ter seu principal apelo nas expressões culturais e no lúdico, estão presentes pautas de contestação social na forma como se apresentam. No quadro abaixo, busco sistematizar informações e características dos eventos informadas em suas páginas na rede social digital Facebook.

Quadro 1 – mapeamento dos eventos culturais-políticos em Porto Alegre/RS

| Evento | O que é/expressão cultural | Onde ocorre | Quem promove | Posicionamento |
|------------------------------|--|---|---|--|
| Serenata Iluminada | Encontro noturno, clima festivo. Estimula que cada participante traga velas/lanternas e produza manifestações culturais. | Parque da Redenção (quase sempre); Praça da Alfândega/Cais Mauá | Organização colaborativa (menciona nominalmente seis pessoas) | Reivindicação clara: Ocupação dos espaços públicos, segurança cidadã, mais cultura. |
| Slam Chamego | Concurso de poesia falada com tema sobre o amor. | Viaduto Brooklin, Largo Zumbi dos Palmares, Praça Professor Saint Pastous. | Sem informação estruturada. A página aponta dois “membros da equipe”. | Sem reivindicação clara. Enfoque na temática do amor para as poesias. Coloca-se em alinhamento com “pessoas que estão sempre ocupando e fortalecendo as atividades de Rua” |
| Slam Resistência* | Concurso de poesia falada com pautas políticas e militantes. | Largo Glênio Peres | Sem informação estruturada. A página aponta dois “membros da equipe”. | Reivindicação faz parte do teor dos poemas que trazem temas como o racismo, o machismo, violência na periferia, LGBTfobia, entre outros. Usam a palavra “resistência” como slogan do evento, como capa de sua página e como “grito de guerra” a cada declamação. |
| Samba na rua/Samba de terça* | Roda de samba | Itinerante. Praça do Aeromóvel, Praça Garibaldi, Parque da Redenção, Praça Izabel a Católica, Praça da Alfândega, entre outros. | Sete membros identificados com o grupo: Encruzilhada do Samba. | Usa expressões como “cultura de resistência”, “não deixa o samba morrer”, “samba na rua”, “ocupa tudo”. “A cultura popular é resistência no dia-a-dia; comunhão de festa e consciência” |
| Arruaça* | Festa com DJs | Itinerante, Praça do Aeromóvel, Praça Garibaldi, Av. Sepúlveda, entre outros | Coletivo | “direito à cidade”, “festa na rua”, “cultura de pista”, “cena underground”. |
| BarracoBaco Feira Cultural | Feira de rua com marcas independentes e apresentação de artistas | Cidade Baixa | Associação Cultural Parrhesia Erga Omes e Dona Maria MC | Ocupação de espaços públicos, economia local, arte como resistência. |
| Feira Me Gusta | Feira de rua, vende produtos diversificados, gastronomia, inclui apresentações artísticas. | Itinerante – Praça Itália, Praça Isabel, a católica, Rua Joaquim Nabuco, entre outros. | Equipe de sete pessoas. | Pauta política mais difusa, cita ocupação dos espaços públicos, fomento a economia criativa, estimular a troca entre as pessoas, tornar a arte acessível. |

| | | | | |
|--|--|--|---------------------------------|--|
| Cumbia na rua – bailando sem fronteiras* | Festa jovem | Viaduto do Brooklyn | Grupo musical Cumbia na rua | Ocupação urbana, movimento cultural insurgente |
| Não Mexe Comigo que Eu Não Ando Só | Bloco de Carnaval feminino | Rótula das Cuias | Coletivo/bloco feminino | Ocupação do espaço público, igualdade de gênero/feminismo |
| Bloco da Laje* | Bloco cênico/musical/carnavalizado (com ações ao longo do ano) | Vários, Praça Montevideu, Parque da Redenção, Casa de Cultura Mario Quintana | Coletivo/bloco artístico | “A intenção não é seguir moldes pré-estabelecidos, mas buscar a raiz das celebrações populares, a festa da carne, do povo, anárquica, libertadora, democrática, pública, horizontal, visceral. “ |
| Ai que saudade do meu ex | Bloco de carnaval (com ações ao longo do ano) | Orla do Guaíba | Sem identificação em sua página | Apoio ao ex-presidente Lula, campanha pela sua soltura |

Fonte: elaboração própria com base em informações coletadas no Facebook.

* Indica eventos dos quais participei realizando observação direta para esta pesquisa.

É possível pensar uma aproximação destes eventos citados com dois movimentos contestatórios que aconteceram na cidade de Porto Alegre em 2011 e 2012: “Largo Vivo” e “Defesa Pública da Alegria”. Silva (2013) identificou neles uma inovação no repertório de contestação, suas performances e demandas se uniam a um só tempo e expressão, ou seja, protestavam por uma cidade mais alegre, com mais cultura e contra a privatização do espaço público³ por meio de performances culturais/lúdicas no espaço público. Tietboehl (2015) viu estas estratégias do “Defesa” como exemplo do que Foucault identificou como ética do cuidado de si, ou seja, ações e práticas reflexivas contrárias à dominação. Haveria na cultura jovem atual um senso de urgência, que se traduz em valorizar o presente: “a cultura juvenil exige, então, da sociedade o valor do presente como única condição de mudança; exige que aquilo que vale se afirme no aqui e no agora” (MELUCCI, 2001 p.105 apud SILVA, 2013).

Alguns destes eventos e outras intervenções urbanas como o *Shoot The Shit*⁴ e o Mosaico Intervenção Urbana⁵, chamaram a atenção de Heberle (2016) que, a partir de um referencial

³ Na época, a pauta da privatização do espaço público como política pública municipal estava em destaque, em especial com a realização da Copa do Mundo Fifa na cidade.

⁴ Empresa de comunicação que criou adesivos para as paradas de ônibus de Porto Alegre informando as linhas que passavam no local, evidenciando uma deficiência do transporte público da cidade.

⁵ Mosaicos feitos em espaços públicos que recriam a figura da Mona Lisa de Leonardo da Vinci com diversos tons de pele, cabelos coloridos ou adereços, abordando assim o tema da diversidade.

teórico da Comunicação Social, entendeu estas práticas como de ressignificação do espaço público, em que pautas e problemas da cidade eram evidenciados com vistas a chamar a atenção de outras pessoas ou órgãos públicos para estes problemas. Já Parzianelo (2016) investigou os movimentos Largo Vivo e Serenata Iluminada dando ênfase à questão da ocupação do espaço público como forma de comunicação cidadã, ou seja, como exercício da cidadania que busca agir e transformar a sociedade.

As possíveis influências para estas inovações na cultura local na forma de protestar são encontradas pelas autoras citadas em movimentos recentes como *Occupy*, nos Estados Unidos da América, o *Los Indignados* na Espanha (SILVA 2013 e TIETBOEHL 2015), e ainda na “Farofada dos Desqualificados” no Largo Glênio Peres e no “Churrasco de Gente Diferenciada” em São Paulo (SILVA 2013). Estes movimentos de ocupação dos espaços públicos podem ser mapeados, a partir de 2011, iniciando no norte da África, se estendendo pela Europa com ocupações e greves, além da ocupação de Wall Street e sua difusão por várias partes do mundo. Eles parecem compartilhar algumas características na forma de ação que podem dar pistas sobre o objeto de estudo deste trabalho: ocupação de praças, uso de redes sociais digitais e articulações políticas fora das redes institucionais, além de uma “catarse política” protagonizada pelos jovens (CARNEIRO, 2012).

Na esteira da crise econômica mundial e do desemprego, as ações tiveram alvos variados como as ditaduras africanas, a reivindicação estudantil pela educação pública e gratuita, a busca por uma “democracia real” ou até pautas anarquistas na Espanha, além de marcada crítica a bancos e corporações, figuras que encarnariam o sistema capitalista financeirizado atual. Outro ponto de convergência entre analistas deste processo apontado por Carneiro (2012, p.10) seria “a falta de uma definição estratégica, programática e teórica para esses movimentos de 2011”. Zizek (2012, p.15) em versão ampliada do discurso que fez para os ocupantes de Wall Street afirma que um “dos perigos que enfrentam os manifestantes é o de se apaixonar por si mesmos, pelo momento agradável que estão tendo nos lugares ‘ocupados’”. Zizek (2012) parece ver com crítica o conteúdo dionisíaco presente nas ocupações. Para ele, os manifestantes deveriam “se apaixonar pelo trabalho duro e paciente” e “pensar em alternativas” (ibid, p.16) para o problema, que segundo o autor, é o conjunto de consequências injustas do capitalismo global. Afirma também que as manifestações são respostas a perguntas ainda não feitas e seria papel da análise dos intelectuais propor questões para elas (ZIZEK, 2012).

Antes da explosão das manifestações de 2013 no Brasil, Safatle (2012) fez uma conferência mobilizada por estudantes do movimento Ocupa Sampa, em que afirma, “agora,

percebemos algo fundamental: não dá mais para confiar em partidos, sindicatos, estruturas governamentais que podem ter suas funções em certos momentos, mas não têm nenhuma capacidade de ressoar a verdadeira necessidade de rupturas” (SAFATLE, 2012, p.55). Sua afirmação parece indicar uma interpretação do movimento como de característica anarquista ou de um tipo de democracia mais direta e não somente representativa.

Já Harvey (2012), concentra sua crítica sobre como o sistema financeiro foi ampliando sua influência política e social. E ele vê a estrutura social engendrada pelas leis coercitivas da competição. Fala ainda da privatização do espaço e de como o poder financeiro se apropria do Estado que acaba por “excluir o público do espaço público, (...) criminalizar e prender quem não aceitar amplamente suas ordens” (HARVEY, 2012, p. 59). O espaço dos protestos ganha especial atenção do autor que afirma que as táticas “são tomar um espaço público central, um parque ou uma praça, próximo à localização de muitos dos bastiões do poder e colocando corpos humanos ali, convertê-lo em um espaço político de iguais(...)” (HARVEY, 2012, p. 60).

No caso brasileiro, outros acontecimentos marcaram os últimos cinco anos e merecem destaque: a ocupação das escolas secundaristas a partir de 2015 (PIOLLI et al., 2016 e CATINI e MELLO, 2016) e posteriormente das universidades em 2016, após o controverso processo de impeachment da Presidenta Dilma. E ainda, o grande ciclo de manifestações que marcou o ano de 2013, inicialmente fortalecido pela pauta do transporte público, depois passa a apresentar uma pauta difusa e múltipla, além de em grande parte ter sofrido uma guinada ideológica à direita. As “Jornadas de Junho”, como ficaram conhecidas, ainda têm os seus sentidos disputados na política, na mídia e na academia. Silva e Fernandes (2017) destacam como características de relativo consenso o fato de serem um acontecimento singular, representarem uma nova cultura política – de organização horizontal e afastada do sistema político - a entrada de novos setores, o papel das redes sociais, entre outras. Essa efervescência política, na qual contestação ganhou fôlego, é acompanhada pelo fortalecimento da direita nos espaços político-institucionais, emblematicamente representado pela eleição presidencial do líder de ultradireita Jair Bolsonaro.

Depois deste breve panorama, é interessante destacar alguns elementos marcantes nos eventos e nas formas de participação política abordados. E eles poderão em grande medida servir como categorias relevantes na compreensão da realidade que este trabalho quer conhecer. O primeiro elemento de destaque é a produção/manifestação cultural na performance política e também a dimensão lúdica e festiva – ora entendidas como potencialidades criativas, ora como esvaziadas de conteúdo político. Outro elemento central é o espaço público tanto como lugar

da ação, quanto como pauta/demanda – expressos nos sentidos da *ocupação*. Há ainda um importante elemento sobre a organização política, que parece tender a formas mais horizontais e menos institucionalizadas, muitas vezes sendo interpretada de maneira negativa – como desorganização, falta de foco ou excessivamente festiva. Por último, a importância das redes sociais digitais tanto para a organização, quanto para a mobilização dos eventos.

3. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

3.1. Participação Política: um estudo sobre tudo?

Há uma importância fundamental na reflexão sobre o conceito de participação política, pois a partir do referencial teórico adotado, este irá influenciar a construção de ferramentas de análise e a leitura que o cientista fará da realidade social. Este capítulo busca, num primeiro momento, demonstrar como a literatura sobre participação política vem mudando o entendimento sobre este conceito e num segundo momento, indicar a adoção de uma abordagem teórica que seja produtiva analiticamente para a pesquisa aqui proposta.

Borba (2012) busca dar um panorama de diferentes conceitos de participação política que se constituíram ao longo dos últimos sessenta anos, indica que nos anos de 1960 inicia-se uma tradição com Milbrath que torna hegemônico um conceito de participação política que é restrito às ações ligadas ao processo eleitoral, que teriam como objetivo influenciar a escolha dos representantes. O autor destaca que a partir dos anos 1960, especialmente com a atuação de diversos movimentos sociais para além das pautas trabalhistas, observa-se uma ampliação dos repertórios políticos e que nem sempre o governo é o alvo ou o objeto da ação política, ações de movimentos sociais que visam gerar novos valores na sociedade – como o movimento feminista e ambientalista, por exemplo.

Já Revilla (1995) também concorda que há, em especial a partir da década de 1960, uma ampliação do conceito de participação política e propõe a sistematização de três perspectivas usuais no estudo do tema: a *unidimensional* com foco na esfera eleitoral, a *multidimensional* que articula ações na esfera eleitoral e não-eleitoral e a perspectiva do *repertório múltiplo* que amplia a compreensão sobre participação política para múltiplas formas em que os cidadãos apresentam suas demandas, sejam legais ou não (REVILLA, 1995). Na abordagem da autora, é possível perceber que mesmo indicando a ampliação do conceito de participação política, ele ainda é centrado em ações para influenciar o governo e o Estado ou ações geralmente vinculadas a organizações de movimentos sociais. Também, pela data de seu trabalho, acaba desconsiderando fenômenos mais atuais ligados ao mundo virtual da Internet. Como vê-se a seguir, o conceito de participação política vem sendo ainda mais ampliado.

Van Deth (2001) também defende a ideia de que o conceito de participação política veio sendo transformado nos últimos cinquenta anos, tanto que o autor chega a questionar se o estudo da participação política, teria se tornado o “estudo sobre tudo”. Para ele, há uma conexão sistemática na literatura de participação política de sua importância para a democracia, “a falta de envolvimento político é considerado destrutivo para a democracia e os debates são focados no grau de envolvimento - não na necessidade de participação” (VAN DETH, 2001, p. 3, *tradução minha*).

O autor destaca, com base em diversas definições de participação política, o que parece convergir num entendimento comum: a) participação política refere-se a cidadãos (não a políticos, nem a burocratas); b) participação política é uma atividade (uma ação); c) participação política envolve ações voluntárias e não demandadas ou determinadas por um grupo dominante ou por regra ou lei; e por último, d) participação política relaciona-se, num sentido amplo, com governo e política (VAN DETH, 2001). A partir disso, o autor identifica que ao longo das últimas décadas a lista dos repertórios⁶ de participação vem crescendo continuamente e que esta expansão do entendimento sobre participação pode ser explicada pela importância dos governos e da política para os cidadãos da sociedade moderna, assim como o enfraquecimento da fronteira entre o que são atividades políticas e não políticas, ou seja, entre as esferas pública e privada. Van Deth (2001) cita os instrumentos de coleta de dados utilizados em pesquisas empíricas do tema que chegam a nomear setenta formas diferentes de participação política, que vão do voto, a depredação de propriedade, doação de dinheiro, entre os diversos itens apresentados.

Em um trabalho mais recente, Van Deth (2014) busca sair do impasse de que o estudo da participação política parece ser o “estudo de tudo”, propondo um mapa conceitual que seja operacional o suficiente para caracterizar um fenômeno como sendo ou não uma forma de participação política. O autor preocupa-se em desenvolver um conceito que fuja da imprecisão que abarca tudo e, ao mesmo tempo, não seja restrito a ponto de ignorar as formas contemporâneas de participação política.

Para cumprir esta tarefa, Van Deth parte de uma definição minimalista “participação política como uma ação voluntária de cidadãos na área de governo, política ou de Estado” (VAN DETH 2014, p. 354, *tradução minha*), para depois considerar as variações mais complexas.

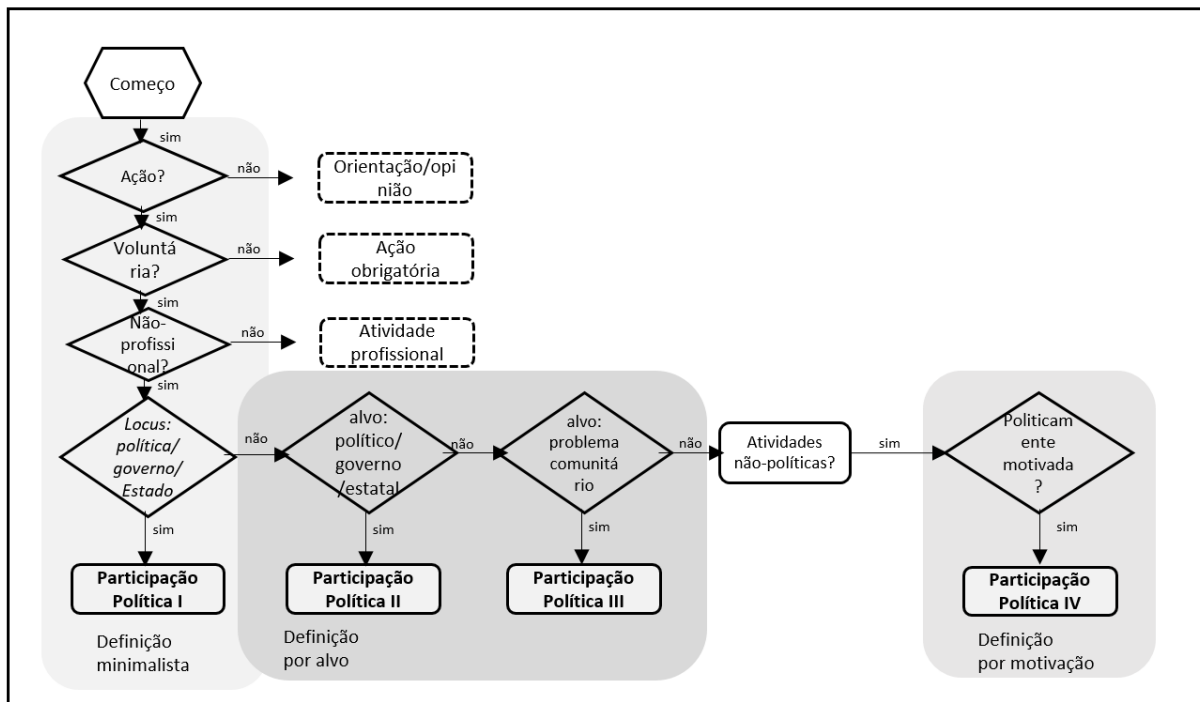
⁶ Em referência a Charles Tilly (1995,2008, apud DETH, 2014, p. 351, *tradução minha*) “o termo repertório refere-se a uma gama de coisas que alguém pode fazer; isto é, um repertório de participação política compreende todas as atividades disponíveis que afetam a política”.

Assim ele cria “regras de decisão” para determinar se um fenômeno é ou não uma forma de participação política.

Seguem-se então as regras desenvolvidas pelo autor. A primeira delas é: “Estamos lidando com um comportamento?”, ou seja, se é uma ação. A segunda regra, questiona: “A atividade é voluntária?”, buscando enfatizar o livre arbítrio e descartar todas as ações que são resultado de alguma coerção. A terceira regra é: “Esta atividade é realizada por cidadãos?”, ou seja, desconsidera atividades dos políticos ou de funcionários públicos, jornalistas, lobistas entre outros, atuando no exercício de suas atividades profissionais. As três primeiras regras são mandatórias para a constatação de uma forma de participação política. A quarta regra refere-se ao *locus* da ação: “Esta atividade está na esfera do governo/Estado/política?”. Estas quatro regras dão conta da definição minimalista tomada pelo autor e incluem formas de participação tradicionais ou convencionais como o voto, uma petição oficial, apoiar um candidato ou partido, e participar de instâncias participativas institucionais. Para os casos em que as atividades pesquisadas não estão localizadas na esfera do Estado/política, o autor propõe que outras regras sejam observadas. Muitas delas são, inclusive, questionadoras da legitimidade ou efetividade dos espaços institucionais como *locus* da contestação. Então, a quinta regra seria: “A atividade tem como alvo a esfera do governo/Estado/política?”. Esta regra é válida para pensar ações que buscam chamar a atenção de problemas/causas que ainda não foram institucionalizados no Estado e na sociedade. Para dar conta de formas de participação que não tem como alvo o Estado/governo, mas sim resolver problemas coletivos, o autor propõe a regra de número seis que questiona se “as atividades visam a resolver problemas coletivos ou comunitários?”, abarcando assim associações de bairro e outras organizações civis.

As seis regras acima mencionadas tratam de “atividades políticas”. Avançando na definição do conceito, o autor busca dar conta de “atividades não-políticas com propósitos políticos”. Parecem caber neste entendimento, segundo Van Deth (2014), especialmente as formas novas, “criativas”, “expressivas”, “personalizadas” e “individualizadas” de participação política. Aqui há uma atenção especial ao sentido da ação dado por quem a realiza, sendo a sétima regra: “A atividade é usada para expressar intenções e objetivos políticos dos participantes?”. Com esta última regra o autor cria tanto uma variante de participação política (atividades não-políticas com propósitos políticos) quanto subtipos dos outros tipos de participação, conforme ilustrado abaixo (figura 1):

Figura 1 – Mapa conceitual da participação política (definições minimalista, por alvo e motivacional)



Fonte: Autoria própria, adaptado de Van Deth, 2014a, p. 355

O mapa conceitual de Van Deth (2014) é um trabalho bastante preciso de sistematização das ideias. Entretanto, a proposta de Van Deth (2014a) suscitou algumas críticas dos seus pares gerando um interessante debate entre pesquisadores que é trazido para este trabalho.

A primeira destas críticas é desenvolvida por Marc Hooghe que defende que a melhor forma de clarear o debate sobre o fenômeno de ampliação das formas de participação política não é recorrer a uma definição operacional e sim a um conceito teórico significativo para só depois tentar operacionalizá-lo (Hooghe, 2014). Sobre privilegiar a formulação de um conceito operacional e não teórico, em resposta a Hooghe, Van Deth (2014b) afirma que isso se dá justamente pela grande variedade de conceitos – que carecem de uma teoria mais sistemática – e que por isso recorreu a uma forma mais operacional com foco em resolver problemas empíricos. Hooghe (2014) também acha problemático incluir a intenção dos indivíduos como parte da definição (crítica às “atividades não-políticas com propósitos políticos”), pois considera que a intenção é algo difícil de ser capturada e medida, e mesmo que pudesse ser, não se deveria assumir que os participantes da ação sempre sabem suas motivações. Van Deth (2014b) responde que o problema desta rejeição total às intenções dos atores seria deixar de fora uma série de formas de participação políticas que são marcadas basicamente pelos seus

propósitos e expressão. Nas palavras do autor: “se ele realmente for negligenciar as intenções, ele não reconhecerá a participação política mesmo se ele estivesse no meio de um boicote à produtos ou em um *slam* poético” (VAN DETH, 2014b p. 348, *tradução minha*). A outra crítica de Hooghe (2014) fala sobre o problema de considerar o alvo das ações políticas, uma vez que os tomadores de decisão política são um alvo em movimento. Para o autor, o processo de tomada de decisão política se complexificou e está mais difuso, com redes internacionais e globalizadas que envolvem diferentes organizações. Van Deth (2014b) parece não se dedicar muito a contrapor esta crítica. Ele parece não discordar de que os alvos podem ser variados, mas defende que eles podem ser identificados pelos cientistas por suas características e se estes alvos corresponderem às regras do mapa (referirem-se a política/Estado/governo ou problemas comunitários). Então, o mapa dá conta de compreendê-los.

Já Hosch-Dayican (2014) abre diálogo com Van Deth para verificar se o mapa daria conta das atividades nas redes sociais digitais como participação política, como postagens de conteúdo político, discussões em fóruns online ou apoio a páginas de políticos, partidos ou movimentos sociais. A autora sustenta que ao considerar as recentes mudanças sociais e tecnológicas, a política é crescentemente personalizada e ocorre em grande parte fora do domínio da política institucional.

Conseqüentemente, a participação política hoje é mais percebida como acontecendo no domínio expandido da política do que somente contribuindo nos processos de decisão política. Atividades nesta nova esfera política são propensas a serem marcadas menos por um caráter instrumental e mais por um caráter simbólico e expressivo. (HOSCH-DAYICAM 2014, p. 343, *tradução minha*).

Esta visão mais flexível do que seja participação política e seu foco em ações online a levam a reconhecer que o mapa conceitual de Van Deth contempla tais atividades em especial no quarto tipo que considera a intenção/motivação do ator. Outro ponto destacado por Hosch-Dayican é de que a literatura recente tem separado as atividades de participação online e offline, considerando-as construtos diferentes. Van Deth (2014b) vê em sua argumentação a confirmação da eficiência do seu mapa, ressaltando que “as regras não fazem com que as diferenciações entre os tipos sejam necessariamente fáceis, mas oferecem a oportunidade para argumentos e decisões sistemáticos” (VAN DETH, 2014b, p. 348, *tradução minha*). O autor apenas discorda que há que se fazer uma distinção entre atividades online e off-line. Isso exigiria uma nova regra de decisão e para ele, o fundamental são as propriedades dos distintos modos de participação.

Por fim, parece interessante destacar um terceiro interlocutor – Joost de Moor - que põe à prova o mapa conceitual de Van Deth (2014) para questionar sua aplicabilidade para as políticas do estilo de vida⁷. Moor (2017) define políticas do estilo de vida como “a politização das escolhas cotidianas, incluindo decisões inspiradas ética, moral ou politicamente sobre, por exemplo, consumo, transporte ou modos de vida” e ainda descarte do lixo, uso da energia, moda, entre outros (MOOR, 2017, p.3, *tradução minha*). O autor traz ideias como “pense global, aja localmente” e a famosa frase de Gandhi “seja a mudança que você quer no mundo” como boas sínteses dessa ideia. Moor (2017) busca construir uma classificação indutiva a partir de duas dimensões: a) nível da organização (se individual ou coletiva), e b) quanto a lógica estratégica (se direta ou indireta). O autor ainda considera, dentro das duas dimensões, se o foco da ação é para dentro (na vida dos próprios indivíduos) ou para fora (se buscam difundir a mudança de comportamento para outras pessoas). Moor (2017) resgata uma ideia abordada por Van Deth (2001) de que a participação política está imbricada com a democracia, e portanto, definir o que é participação política vai implicar em como descrever as democracias. Um conceito mais amplo, então, poderá implicar em reconhecer diferentes formas de participação que em princípio estariam fortalecendo a democracia. Já um conceito restrito, poderia indicar um diagnóstico problemático, especialmente considerando o declínio da participação eleitoral atual (conforme aponta MAIR, 2003). Reconhecer a multiplicidade de formas atuais de participação parece levar a perceber a realidade atual menos como de apatia política e mais como em transformação na forma de atuar politicamente, que se dá em grande medida fora do domínio eleitoral e institucional, o que não é consenso haja vista uma série de pesquisadores que tem apontado para a desconsolidação da democracia (FOA; MOUK, 2016, HOWE, 2018).

Quanto ao mapa de Van Deth, Moor (2017) considera que as ações contemporâneas misturam e agregam uma multiplicidade de alvos e esferas (*locus*). O autor propõe então que seja feita a seguinte adaptação no mapa: depois de seguir as “regras de decisão”, é necessário que se questione se o caso analisado é tem diferentes arenas e/ou alvos. Se a resposta for positiva é necessário que se repita o processo ao longo do mapa, buscando identificar categorias adicionais que se aplicam ao caso – resultando em definições combinadas.

Para este trabalho, esta discussão é relevante porque mostra que a teoria sobre participação política vem tentando considerar as grandes mudanças sociais e tecnológicas ocorridas nos últimos anos. Estabelecer as fronteiras do conceito em meio à multiplicidade de formas de ação

⁷ Tradução feita por mim para o termo *lifestyle politics*. Não encontrei produção nacional que utilizasse o conceito em português.

política reconhecidas na realidade social tem se mostrado um desafio, com o risco de alargar o conceito e perder assim seu significado. Assim, há a preocupação destes autores em criar sistematizações que mantenham o conceito coerente e consistente. O esforço em organizar e definir o conceito de participação política de Van Deth (2014a e 2014b), ao lado das considerações sobre políticas de estilo de vida, parecem pertinentes e adequados para a realidade social que esta pesquisa intenta conhecer.

6.2. Teoria Leiga: como o mundo funciona?

O presente trabalho busca compreender qual o sentido de participação política dos eventos culturais em espaços públicos de Porto Alegre, mas a busca desse sentido pretende se dar de uma forma particular – privilegiando a teoria explicativa que os seus atores lhe atribuem. Para cumprir este objetivo, parece pertinente discutir o conceito de teoria leiga, que terá um peso teórico e metodológico importante no desenvolvimento da pesquisa. Esta abordagem teórica se coloca como um desafio dado seu pouco uso na produção científica brasileira. Já na literatura estrangeira a que tive acesso, seu uso é evidenciado em estudos de psicologia em especial, mas também em estudos culturais, de mídia e de movimentos sociais. Um questionamento relevante é se há uma aproximação da teoria leiga com o conceito de teoria nativa, utilizado de forma ampla na Antropologia, que expressa a cosmovisão do grupo cultural estudado, sua forma de conceber a vida e os sentidos construídos⁸. Para este trabalho, no entanto, priorizo a discussão do conceito de teoria leiga, especialmente pelo laço teórico-metodológico que une a abordagem da teoria nativa com a etnografia, metodologia não adotada nesta pesquisa.

A essência da argumentação sobre teoria leiga está em defender que as pessoas possuem estruturas mentais de organização do conhecimento que são bastante parecidas e funcionam como as teorias dos cientistas (MORRIS et al., 1993) Dessa forma, as pessoas teriam teorias de como as coisas são e as utilizariam em suas formas de agir e nas tomadas de decisão. Assim, a estrutura das teorias leigas teria como características as mesmas da teoria científica: a) representam abstratamente os tipos de coisas que existem em uma configuração de relações causais entre estas coisas, b) são usadas para explicar, predizer e interpretar, e c) são atestadas por evidências empíricas. Porém, é importante pontuar, que, diferentemente das teorias

⁸ Representa de forma significativa esta abordagem na Antropologia, por exemplo, o trabalho de Viveiros de Castro sobre o Perspectivismo Ameríndio.

científicas, as teorias leigas não são colocadas à prova sistematicamente por seus pares (MORRIS et al. 1993).

Para Kung (2018), a teoria leiga também guarda a ideia de que as pessoas assemelham-se a cientistas que coletam informações, baseando-se em experiências e gerando explicações sobre como o mundo funciona. O autor ainda afirma que “a maioria das teorias leigas são de contextos específicos: a pessoa pode ter uma coleção de diversas teorias leigas, cada uma para uma situação ou domínio em particular” (KUNG, 2018, p. 8, *tradução minha*). Esta é uma observação importante, porque mostra o caráter menos rígido da teoria leiga frente à teoria científica, pois ela não necessariamente irá sempre ter uma “coerência interna”. O autor destaca também a forte relação entre teoria leiga e impactos psicológicos e culturais, como por exemplo, se as pessoas explicam certos atributos (inteligência, raça) como características inatas ou socialmente construídas. Ou ainda se a sabedoria estaria no domínio do conhecimento ou da benevolência. Essas noções implicariam diferentes formas de sentir e agir. Kung (2018) desenvolveu um estudo em que busca compreender como as pessoas estruturam suas teorias sobre seus objetivos de vida, e como estas teorias influenciam a auto-regulação na busca destes objetivos. Ele parte do pressuposto que as premissas da teoria leiga sobre a natureza das coisas e como elas funcionam influenciam a forma como agem, independentemente da exatidão científica da teoria leiga. Kung (2018) busca, a partir da teoria leiga, construir modelos de objetivos que são orientados por hierarquia, em redes ou por sequência.

Outro estudo interessante é o de McCurdy (2011), em que o autor propõe que as teorias leigas dos movimentos sociais influenciam não só as práticas dos ativistas, mas como eles as conceituam e as apresentam para novas versões na mídia. Seu o foco estava em movimentos sociais autonomistas sem uma política de mídia elaborada e sem profissionais dedicados a isso, e sim ativistas voluntários. No caso específico de seu objeto, MacCurdy assim entende o conceito de teoria leiga: “teorias ou compreensões expressadas pelos atores de movimentos sociais referentes a funções e motivações da nova mídia; como a nova mídia opera, o que a guia, e teorias sobre qual a lógica destas novas influências na representação da realidade” (MACCURDY, 2011, p. 622). O autor chama a atenção para o fato de que o uso da palavra “leiga” não pretende depreciar ou conferir um julgamento de valor e sim no sentido de contrastar com teorias acadêmicas ou profissionais. Em seu estudo, McCurdy (2011) optou por analisar as teorias leigas de seus informantes contrastando-as com três categorias originadas da Sociologia do Jornalismo, ou seja, categorias científicas, que funcionaram como organizadoras das temáticas abordadas: 1) Economia das notícias; 2) Produção das notícias, e 3) Seleção das

notícias (o que potencializa que algo seja notícia). O autor argumenta que os ativistas assumem uma abordagem crítica e reflexiva sobre a mídia, através da qual constroem seu entendimento de como a mídia funciona que, reflexivamente, irá traduzir-se em práticas relacionadas a ela (MCCURDY, 2011).

Até aqui é possível identificar que a teoria leiga tende a dar mais relevância à racionalidade e aos processos cognitivos dos atores e menos às emoções. Há subjacente à ela o pressuposto de que a reflexividade orienta as ações, sobrando pouco espaço para o que é inconsciente ou da ordem das emoções. Esta é uma limitação assumida na adoção desta abordagem. Há ainda, outro ponto a ser considerado, a divisão entre leigo e científico é, na realidade, menos rígida que a sistematização teórica faz parecer. Basta pensar que os cientistas também trazem suas bagagens de senso comum, de experiências vividas, de conceitos construídos no meio cultural que vivem. De outra parte, a teoria leiga pode alimentar-se também de teorias científicas que de muitas formas são acessadas pelo público geral.

Assim, parece possível e pertinente integrar os dois conceitos que foram discutidos nesta fundamentação teórica, buscando compreender como a teoria leiga dá sentido às formas de participação política que busco compreender e como tais concepções se traduzem na organização dos eventos, que opto em chamar de culturais-políticos.

4. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

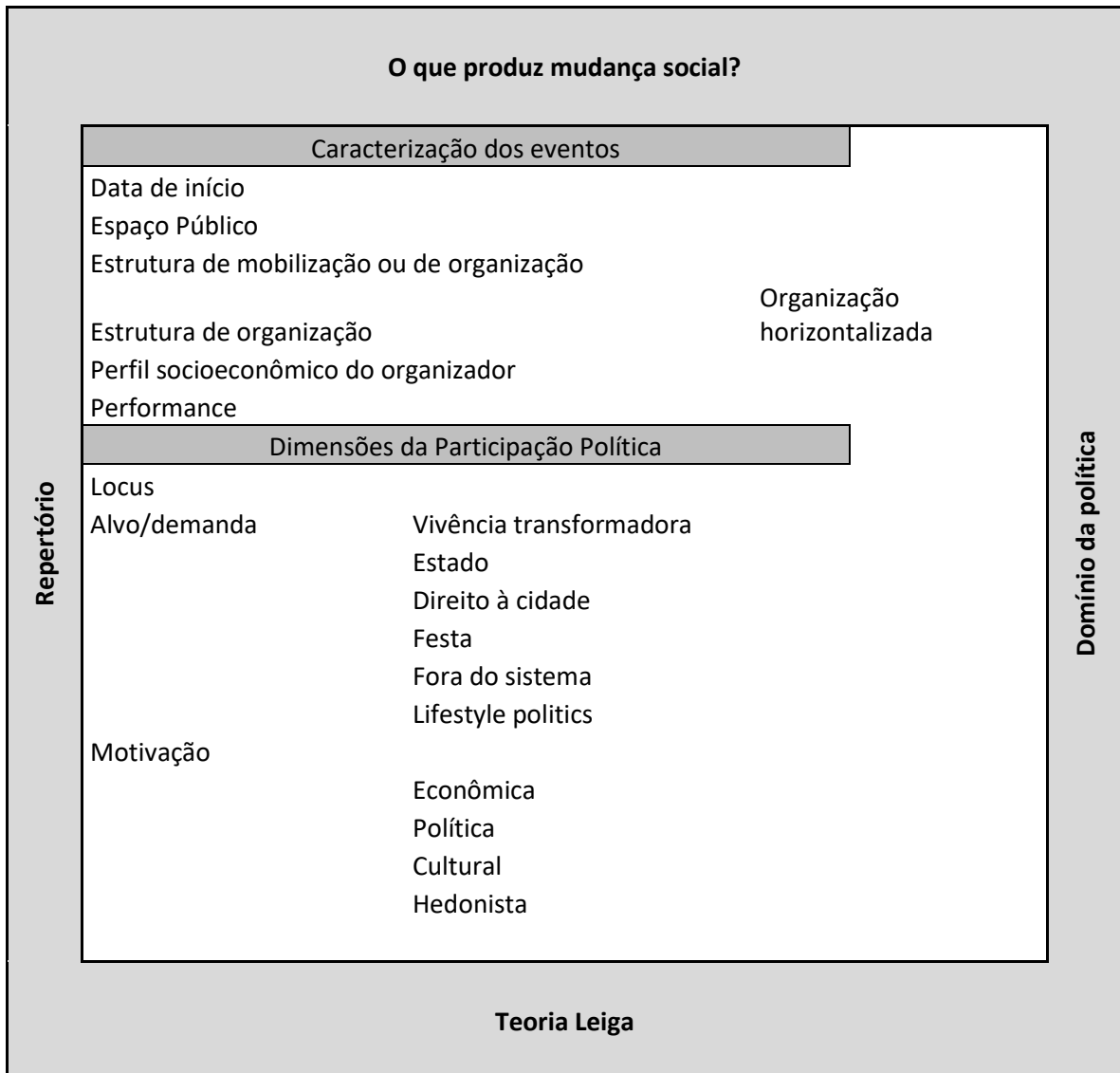
Para atingir os objetivos delimitados nesta pesquisa, lança-se mão de três estratégias para coletar dados, sendo que duas delas são, de certa maneira, complementares à estratégia central que é a entrevista. A primeira delas é a análise documental a partir de páginas de Internet,

em especial as do Facebook, dos eventos e de seus grupos ou “coletivos” que os organizam. Esta etapa busca construir uma breve descrição do objeto empírico, o que são os eventos, quando e como ocorrem, quem organiza. A análise da atuação e comunicação online também possibilita conhecer como os organizadores se comunicam com o público, como divulgam seus eventos e suas pautas políticas. Esta coleta de dados também ajuda a entrada em campo, uma vez que possibilita conhecer um pouco mais sobre os eventos culturais-políticos.

Outra estratégia de coleta de dados é a observação direta, ou seja, frequentar alguns dos eventos citados anteriormente. Como Quivy e Campenhoudt (1992, p. 196) afirmam “os métodos de observação direta constituem os únicos métodos de investigação social que captam os comportamentos no momento em que eles se produzem e em si mesmo, sem a mediação de um documento ou de um testemunho”. Ao optar por esta técnica, pretende-se menos criar uma descrição aprofundada dos eventos e mais ampliar a capacidade de estabelecer um diálogo com os organizadores, construindo uma relativa proximidade com os eventos.

Por último e de forma protagonista, destaca-se as entrevistas semi-estruturadas com organizadores destes eventos. O recorte da amostra se deu por meio de uma seleção de eventos culturais-políticos que têm ocorrido nos últimos anos em espaços públicos, como praças e parques, na cidade de Porto Alegre, que tenham apelo cultural e/ou festivo e tragam de forma aberta ou subjacente uma pauta contestatória. Deveriam, também, ter pelo menos uma edição ocorrida em 2019. Considerando o tempo disponível, foi construída uma amostra de conveniência (GIL 1999), na qual escolho três casos com certa unidade temática – são festas de rua: Arruaça, Samba de Terça e Cumbia na rua – bailando sin fronteras. Foram feitas entrevistas com um organizador de cada um destes eventos, entre setembro e outubro deste ano. Tentei ao longo deste período entrevistar uma das organizadoras do Slam Resistência que eu já havia conversado em uma das minhas idas à campo. Porém, ela acabou adiando várias vezes a entrevista e acabei desistindo de incluí-la neste trabalho, deixando para ser retomada em outra oportunidade

Após a realização das entrevistas, a análise de seu conteúdo se deu utilizando categorizações, com a ajuda do *software* NVivo. A construção das categorias foi feita tanto de forma indutiva, a partir das falas dos atores, quanto de forma dedutiva, em diálogo com as referências teóricas. Estas categorias eram cruzadas por outras quatro que orientavam a interpretação dos dados: O que produz a mudança social, Teoria Leiga e Repertório e Domínio da Política. A árvore de categorias foi organizada da seguinte maneira:



Fonte: autoria própria

Após esta etapa, examinou-se os sentidos construídos pelos atores relacionando-os com o referencial teórico de participação política e das características apontadas por outros autores em eventos similares, abordados na revisão bibliográfica. Dessa forma, produziu-se uma subversão das categorias científicas que passaram a ser contrastadas e ressignificadas pela fala dos entrevistados.

Como trata-se de uma pesquisa exploratória, especialmente dada a novidade do tema e, de certa maneira, da abordagem da teoria leiga, houve um cuidado especial na construção do roteiro de entrevista de forma a não influenciar demasiadamente os informantes. Assim, no momento de apresentar a pesquisa ao entrevistado, era informado de maneira ampla, que se tratava de uma pesquisa sobre os eventos de rua. O tema da política ganhava espaço após ser mencionado pelo entrevistado. Os sentidos conferidos pelos atores foram bastante amplos e, neste caso, o pesquisador precisa estar atento em dar liberdade para que eles apareçam sem

constrangimento e sem induzir ao compartilhamento das abordagens que geralmente são feitas na produção científica. Após a transcrição realizada, ela foi enviada a cada um dos entrevistados como forma de garantir sua anuência.

5. TEORIAS LEIGAS SOBRE PARTICIPAÇÃO POLÍTICA: AS FESTAS DE RUA COMO EVENTOS CULTURAIS, POLÍTICOS, ECONÔMICOS E LÚDICOS

5.1. Breve descrição dos eventos: As descrições buscam informar de forma sintética o início da atuação, locais em que ocorrem, um pouco sobre suas estruturas de organização e

mobilização, contexto socioeconômico dos organizadores, quando possível, e tipo de performance.

5.1.1. Arruaça!

A Arruaça é uma festa de rua que ocorre desde 2014, sem periodicidade fixa, em locais públicos variados da cidade de Porto Alegre, com foco na atuação de DJs e pista de dança. Ao longo do ano de 2019 teve quatro edições e dois eventos do tipo roda de conversa. Ambas propostas possuíam um tema, divulgado por meio da criação de um evento na rede social digital Facebook:

Quadro 2 – Festas Arruaça 2019

| Data de realização | Local de realização | Tema |
|--------------------|---|---|
| 27/01/2019 | Largo dos Açorianos | After pós bloco (da Laje) |
| 18/05/2019 | Praça da Alfândega | Arruaça Ocupa: direito à cidade (roda de conversa) |
| 25/05/2019 | Praça do Tambor (Brigadeiro Sampaio) | Arruaça: a representatividade na cena underground de POA (roda de conversa e festa) |
| 01/06/2019 | Marcada na Av. Sepúlveda, porém foi transferida para local fechado, devido batida policial. | Arruaça: roubando a cena - 5 anos (aniversário da iniciativa) |
| 12/10/2019 | Rua General Câmara | Tele Arruaça (em menção aos entregadores de tele-entrega) |

Fonte: Página do coletivo Arruaça no Facebook

Em sua página no Facebook, se auto definem como “Coletivo Arruaça é festa na rua!”. Em postagens na mesma rede digital se identificam com a cena eletrônica *underground*, cultura de pista, cultura DJ e destacam temas como o direito à cidade, crítica à falta de incentivo do poder público para opções de lazer gratuitas e das regras impostas para o uso do espaço público. Em uma das postagens, ao fazer um balanço dos cinco anos de atuação, afirmam que

Uma cena diferente se consolida na cidade tendo como resultado a criação de coletivos que também têm a pretensão de tensionar politicamente sua presença no circuito underground de Porto Alegre. E, principalmente, aqueles coletivos que utilizam o espaço público como ‘palco’ de suas atividades, dando

visibilidade e acesso para a produção de diversos artistas que também surgem dessa troca com as ruas! (fonte: <https://www.facebook.com/events/1066020396922772/> acesso em 03/12/2019).

O coletivo Arruaça, de acordo com a fala de um de seus integrantes, começou a se constituir em 2013 e a primeira festa foi promovida em março de 2014. O início da atuação foi marcado pela relação com outros coletivos e eventos de rua, como por exemplo, a primeira aparição do grupo na rua se deu ao colocarem música na intervenção do movimento Largo Vivo em Porto Alegre, no espaço do Largo Glênio Peres. É também citada como inspiração da Arruaça as festas do coletivo Voodohop em São Paulo, que também ocorriam em espaços públicos da cidade. Há, na narrativa do entrevistado, destacado papel para a questão da performance lúdica como característica da iniciativa do coletivo Arruaça.

Entrevistado Arruaça: Então a gente via a coisa das manifestações, das ocupações, e as ocupações trazendo cada vez mais um caráter lúdico de shows e tal, e a música e o teatro como elementos centrais, dessa maneira de se manifestar, e começamos a pensar ‘ah, por que que a gente não pode então começar a tocar né, fazer algo assim? Criar algo pra que a gente pudesse tocar na rua então, vamos começar a tocar!’.

A questão da performance ganha centralidade também na comparação com outras iniciativas similares, mas que o grupo via como muito amadoras, pela falta de qualidade do som, por exemplo. A intenção do grupo era atuar com qualidade técnica buscando a qualidade do som e expondo seu trabalho de DJs.

A formação do grupo inicialmente era de três pessoas. Hoje possui em torno de quinze integrantes conectados em um grupo de WhatsApp. Segundo o entrevistado, há aproximadamente cinco pessoas que se envolvem diretamente com a organização das festas, o que, segundo ele gera bastante trabalho. O grupo tem perfil jovem, de classe média, universitário, especialmente ligado ao diretório acadêmico do curso de Psicologia da UFRGS, no qual o entrevistado afirma que há uma experiência de anos de autogestão. Esta ligação acadêmica marca a fala do entrevistado, que recorre frequentemente a conceitos acadêmicos de destaque na teoria pós-estruturalista como “biopolítica”, “captura”, “deslocamento”, “subjetivação”, entre outros. Além da conexão por meio da rede social WhatsApp, o grupo realiza reuniões presenciais e acredita que a conexão digital mantém o grupo mobilizado, mas que é o encontro presencial o mais efetivo para a organização dos eventos. As tarefas são distribuídas para duplas, buscando tanto sua efetividade quanto torna-las menos penosas. As ações giram em torno de temas como comunicação e design, licenciamento, infraestrutura, entre outros.

As redes sociais digitais são muito relevantes para a atuação do Arruaça, tanto para a organização dos eventos entre os membros do coletivo, quanto para a mobilização dos participantes, com destaque para o Facebook e o WhatsApp, tendo sido citado o Instagram como uma rede que vem ganhando importância. Outro ponto destacado com relação às redes digitais é a possibilidade de conexão com outros coletivos e atores, que também se desdobra em contatos pessoais, especialmente as conexões estabelecidas com a “cena de música eletrônica” e, em menor medida, aquelas com a “cena de ocupação”.

A dimensão econômica da produção da festa Arruaça, até o momento, figura principalmente como uma forma de sustentar o próprio evento, uma vez que os DJs não são remunerados. O grupo decidiu recentemente realizar após a festa de rua, os chamados *afters*, que seriam a continuidade da festa em um local fechado, com entrada paga. Os motivos apontados para esta alteração foram dois. O primeiro faz referência à ampliação da fiscalização do poder público sobre as festas de rua sem autorização⁹. Dessa forma, o coletivo Arruaça decidiu aderir ao processo estabelecido pela prefeitura de Porto Alegre para o licenciamento de eventos de rua, sendo que para se adequar a ele é necessário que a festa se encerre às 22 horas. O segundo motivo é que os *afters* seriam uma forma de conseguir pagar os eventos na rua que têm custos significativos com taxas de uso do espaço público, taxa de uso da energia elétrica, aluguel de banheiros químicos, aluguel de equipamentos de som, entre outros. Nesta mesma direção foi a justificativa sobre a contratação pela empresa Budweiser do coletivo Arruaça para que este organizasse uma festa dentro do Cais do Porto, como parte de uma ação promocional da empresa. Os recursos oriundos desta ação foram canalizados para subsidiar os eventos de rua que sucederam.

Retomando a questão da relação com o Estado, por meio da Prefeitura Municipal e seu processo de licenciamento, é interessante observar que a decisão de se adequar à legalização do evento foi motivo de controvérsia no grupo, uma vez que, na opinião de alguns, a não adequação às normas reforçaria o caráter contestador do grupo. Por outro lado, o coletivo chegou à conclusão de que era mais importante que a festa continuasse acontecendo e que seus organizadores e parceiros tivessem alguma proteção, do que insistir na ilegalidade e acabar não

⁹ Em 2018, a gestão municipal Marchezan criou o Escritório de Eventos (decreto nº 20.065/2018), órgão para o licenciamento de eventos na cidade. Esta política ampliou o regramento para realização de eventos de rua, além de organizar uma série de taxas para utilização do espaço público, para limpeza, entre outras. Os eventos de rua que não são licenciados, são considerados irregulares, passíveis de serem interrompidos pela fiscalização.

conseguindo cumprir o principal objetivo do grupo que é a realização da festa. O trecho abaixo exemplifica o dilema:

Às vezes, a gente fica com o desejo de continuar sendo contestadores (risos). A gente acha que o coletivo tomou uma proporção grande e que ele é algo interessante que continue acontecendo e podendo crescer (...), por outro lado, (é também) uma preservação do nosso próprio corpo, porque... Ah! Quem é que vai querer botar a cara a tapa numa madrugada aí e daqui a pouco todos os nossos parceiros terem os equipamentos apreendidos?

Os espaços em que as festas ocorrem, como é possível verificar no quadro 2 acima, têm variado ao longo destes anos de atuação do coletivo. A escolha destes locais tem sido pautada por condições como: ser um espaço público, ter acesso facilitado, considerações sobre segurança, não ser um local comumente associado a festa e ter uma qualidade cênica interessante. O coletivo se questiona se deveria atuar na periferia da cidade também, mas acredita que a localização central facilita o acesso de o maior número de pessoas, garantindo sua diversidade – ainda que o público mobilizado seja majoritariamente de classe média.

5.1.2. Samba de Terça

Trata-se de uma roda de samba realizada em espaços públicos de Porto Alegre. O evento é organizado pelo Diego¹⁰, um dos integrantes da banda Encruzilhada do Samba. O evento tem origem num projeto de Diego de produzir um espetáculo com músicas de cunho político, o qual ele acreditava pudesse ser vendido ou contemplado por editais num contexto em que eventos com viés progressistas tinham incremento.

Passado um tempo eu comecei a fazer um projeto que chama Malemolência Samba Lounge, que era um projeto pra gravar, era pra criar vários repertórios, vários shows, ainda antes do golpe, pra voltar a tocar mas no outro mercado (fora dos bares). Aí pensando no mercado progressista, nas universidades tinha congressos de feministas, tinha congressos do movimento negro, tinha congressos, hã, religiosos, enfim, tinha vários... eu vi um nicho possível (...). Então eu comecei a construir um repertório que falasse do machismo, que falasse da questão racial, da questão da intolerância religiosa, enfim, um repertório considerando que o samba trata disso já há um século, desses assuntos todos (...).

De posse deste projeto e num cenário político no qual enxergou poucas possibilidades de leva-lo adiante, após a deposição da Presidenta Dilma, Diego procurou uma produtora

¹⁰ O Diego fez questão de ser identificado no trabalho, por este motivo é o único entrevistado nomeado no texto.

cultural que possuía experiência em projetos musicais “progressistas” e, por meio de um acordo com um bar da escadaria do Viaduto Otávio Rocha, o grupo passou a tocar na área da rua, em frente a um bar. Estes eventos se mostraram um sucesso. Além destes, ele também promoveu um evento em conjunto com os organizadores da Cumbia e a partir destas experiências, em 2018 ele “assume a rua, mesmo”, promovendo o Samba de Terça no Brooklin (vão do Viaduto da Av. João Pessoa).

As festas no Brooklin eram sucesso de público. Porém era uma área com conflito de interesses, em função de outras festas que ocorriam no local, que haviam queixas de moradores no Ministério Público. A partir do momento em que o Samba de Terça foi para o local, passou a tentar construir uma mediação entre as partes. Ao longo de nove meses, o Samba de Terça seguiu acontecendo no Brooklin. Diego conta que a polícia frequentemente ia ao local cobrar se o evento havia sido licenciado, ao que ele respondia que aquela era uma área que estava em mediação com o Ministério Público e que por isso não era possível solicitar o licenciamento. Afirmava aos policiais que não era recomendável que eles se metessem em algo que estava na justiça. Esses argumentos eram suficientes para despachar a viatura e manter a programação. Diego conta que este cenário muda no período do segundo turno das eleições, em que promove o evento com um tema: “Sambistas Contra o Fascismo”. Neste dia, ele afirma que havia mil e quinhentas pessoas para a roda de samba, incluindo muitos sambistas da cidade. Naquela noite, a batida policial foi ostensiva, cento e cinquenta homens e três ônibus da polícia de choque. A costumeira argumentação do organizador, mudou o tom, pedindo cuidado e considerações a respeito do quantitativo de pessoas e a possibilidade de haver pânico, caso a polícia agisse com violência. Segundo Diego, diferentemente das outras vezes, os policiais não cederam e afirmaram que estavam preparados caso, pois tinham o pelotão de choque a postos.

Após este episódio, o grupo desiste do Brooklin e passa a atuar em praças de maneira regular, ou seja, passando pelo processo de licenciamento exigido pela Prefeitura Municipal. A maior dificuldade desta transição de espaço é o alto custo imposto pelo poder público para que o evento se efetive – as taxas de aluguel do espaço, dos banheiros químicos e os outros referentes aos equipamentos de som somam mais de R\$1.000, segundo o organizador. Ele tentou vender cerveja como uma forma de custear o evento, mas há muita concorrência dos ambulantes. Costuma fazer acordo com alguma marca de cerveja artesanal como uma maneira de cobrir ao menos parcialmente os custos. Além disso, a banda “passa o chapéu” para ter a contribuição espontânea dos participantes. Outra limitação encontrada é com o horário imposto

no regramento da prefeitura que é até às 22h (ainda que quando fui até o evento para fins de observação, a música continuou após este horário).

No caso do Samba de Terça, a organização do evento fica concentrada em uma pessoa. Já a mobilização dos participantes parece se dar pelas redes sociais digitais, em especial o Facebook, onde o grupo possui 34 mil seguidores (ainda que o entrevistado relativize o impacto do aplicativo por este exigir que se pague para que as postagens sejam mais vistas). A prática é de criar um evento no Facebook e a divulgação se multiplica pela ação dos próprios interessados. Em um destes eventos, de comemoração de dois anos da iniciativa, o evento no Facebook se apresenta assim:

essa semana faz dois anos que a encruzilhada do samba foi parida de uma ideia, pra muitos descabida, de que o samba tem sim, lado e ideologia. nascemos no fim do dia, na calçada, em cima de um viaduto; flertamos com o teatro em dois espetáculos; frequentamos alguns botecos; ocupamos e sambamos no meio da rua; nos abrigamos e resistimos embaixo de outro viaduto e hoje vivemos de fazer as praças virarem salão...
(<https://www.facebook.com/events/370745363724811/>)

Para Diego, o público do Samba de Terça não é fiel à banda, uma vez que não a acompanha quando esta atua em bares e espaços fechados. É um público cativo do evento de rua. Ao longo do ano de 2019, aconteceram diversos eventos “Samba de Terça”, semanalmente até o mês de maio, quando, em função do inverno e das dificuldades do grupo sustentar financeiramente a iniciativa, os eventos cessaram. Os locais escolhidos variaram: Praça do Aeromóvel, Praça Izabel a Católica, Praça da Alfândega. Desde setembro, o grupo tem atuado também com o Samba na Sombra, uma roda de samba que ocorre no Galpão do Plátano um ponto de venda e divulgação da agroecológica, colonial e/ou vegana. Já em novembro, o grupo tem realizado rodas de samba na Orla do Guaíba. Chama a atenção as várias manifestações do Diego na rede social Facebook em que reclama que o público do evento não contribui financeiramente com a festa, ao não colocar dinheiro no chapéu e não consumir das bancas de bebidas do evento e sim de ambulantes.

5.1.3. Cumbia na rua – bailando sin fronteras

A festa Cumbia ocorre desde 2016. O coletivo que a organizava foi se desfazendo e hoje ela é produzida por duas pessoas. O organizador deste evento que me concedeu entrevista se

identifica como anarquista e faz parte da associação cultural chamada Parrhesia Erga Omnes que, em suas palavras, trabalha com “culturas de resistência e comunicação popular”, além de “atuar pelos direitos humanos”. Por meio desta associação tem atuado em grupos ligados ao Fórum Social Mundial, promovido feiras, *slams* e outras festas na rua, além de já ter promovido diversas atividades na periferia da cidade ligadas à cultura hip hop. Por meio da associação, também já realizou atividades como seminários e debates, especialmente sobre direitos humanos, em espaços institucionalizados como a Câmara de Vereadores e a Assembleia Legislativa

Na rede social Facebook a Cumbia na rua– bailando sin fronteras se apresenta da seguinte forma:

O inverno estava chegando, o ano era 2016.... oque fazer na noite fria de Porto Alegre. Foi assim que iniciamos o rolê, a partir da junção das playlist com som automotivo 12 volts... desde a primeira edição, as festas no formato de okupação urbana bombaram. O tempo passou, e a Cumbia na Rua se consolidou como a ação mais miguxa e insurgente da cena cultural do Portinho a nível de movimentos sociais. Vem com nós, pois seguimos bailando sin fronteras!!!

(https://www.facebook.com/pg/cumbianarua/about/?ref=page_internal)

Uma das características da Cumbia é que o local da festa é anunciado poucas horas antes do evento ocorrer. Isso porque a festa nunca passa pelo processo de formalização imposto pela prefeitura, o que faz com que seus organizadores já tenham enfrentado diversas batidas policiais e apreensão de equipamentos. Os locais variam, ocupações residenciais, praças e viadutos. Até esta data, no ano de 2019, ocorreram nove festas Cumbia, todas na área central da cidade, a maioria delas na Travessa Venezianos, mas também no Largo dos Açorianos, Monumento dos Açorianos e Rua Caldas Junior. O entrevistado relata que o último ano tem sido particularmente tenso em função da repressão às iniciativas de festas na rua:

Entrevistado Cumbia: Esse último ano foi bem difícil de ser tocada (a Cumbia), porque a gente começou a ter as retaliações dos rolês e a partir daí a gente teve a ideia de fazer um outro empreendimento além da Cumbia, e a gente ia estrear o baile . O baile antes de estrear (...), um baile funk e pá, a gente foi criminalizado (...). E daí o bagulho não chegou a bombar porque antes de começar, nove e meia, nove horas, a polícia já... bateu.

Na edição da qual participei no início do mês de novembro, a festa tinha a temática “Festa *de los muertos*”, em referência ao dia 02 de novembro. Naquela noite, a festa ocorreu na Travessa Venezianos. A estrutura da sede da Parrhesia Erga Omnes foi aproveitada para ligar

os equipamentos de som, havia um banheiro químico e dois veículos adaptados para venda de cerveja artesanal. O público era majoritariamente jovem e branco. O clima de festa se confirmava nas rodas de dança e conversa. O DJ (que era o próprio organizador) falou algumas palavras sobre o fato da festa na rua ser uma forma de resistência, falou sobre sua luta pelos direitos humanos, citando as mortes de Marielle Franco, de Amarildo e de um amigo seu. O discurso foi aplaudido pelos presentes, que logo retomaram a conversa nos seus grupos ao ritmo da música que foi recolocada. Uma viatura da polícia cruzou a rua entre os participantes, este fato gerou certo pânico no organizador que recolheu rapidamente os equipamentos eletrônicos para dentro da sede da associação. Após esta incursão, a polícia se retirou.

Nesta mesma edição, aconteceu uma performance teatral que encenou uma história que tinha como fio condutor o paradoxo da tolerância de Karl Popper: a mensagem da peça foi sobre a necessidade de ser intolerante com a intolerância. A peça abordava especialmente questões de gênero, de liberdade sexual e de expressão. O grupo se apresentou como parte de um movimento que, segundo eles, busca levar a arte a quem não possui condições de acesso, entendendo a apresentação rua como uma forma de ampliar o acesso à cultura.

As festas são subsidiadas financeiramente com o que geram de recursos, especialmente com a venda de bebidas. O valor arrecadado também visa a gerar receita para seus organizadores. Na entrevista, o informante refere-se à organização da festa como um “trampo”, ou seja, um trabalho e da necessidade que o evento lhe traga receita. Seu público é mobilizado por meio de evento criado na rede social Facebook, que, segundo o entrevistado, já chegou a ter 8 mil interessados em poucas horas.

5.2. Para além das dimensões da participação política

A busca dos sentidos conferidos pelos atores à participação política se deu por meio de entrevistas com os organizadores dos eventos. Partindo da premissa que todos os eventos se posicionam publicamente como de resistência ou de insurgência contra a ordem vigente, uma pergunta chave é que teorias estes atores têm sobre o que produz a mudança social, ou seja, que fundamentos, justificativas, associações, predições e/ou interpretações produzem para explicar que ações políticas são necessárias para a mudança acontecer. Sendo assim, “o que produz a mudança social?” é a primeira pergunta que faço aos dados e não ao entrevistado, ou seja, ela não consta na entrevista. Como foi explicitado na metodologia, as entrevistas semi-estruturadas foram conduzidas de maneira a não direcionar de imediato o entrevistado ao tema da política, o tema deveria vir antes por ele mesmo, pois a ideia era influenciar o mínimo possível sua

argumentação. As categorias científicas identificadas na literatura – repertório, domínio, alvo, *locus* e motivação da participação política – permeiam a análise, mas, foram também subvertidas por pelos atores, pois os sentidos construídos em suas falas geraram outras significações, muitas vezes diversas daquelas da literatura.

Neste capítulo pretendo explicitar quais teorias leigas emergiram das entrevistas com os organizadores dos eventos culturais-políticos, a partir de uma ressignificação das categorias científicas. Retomando o mapa conceitual de Van Deth (2014), as regras mandatórias sobre o que caracteriza uma atividade como de participação política foram plenamente atendidas pelos eventos analisados, ou seja, é um comportamento (uma ação), é uma atividade voluntária e é realizada por cidadãos (e não por políticos ou funcionários públicos, jornalistas, lobistas entre outros). A atenção se volta especialmente para o que chamei, a partir das contribuições de Van Deth (2014), de dimensões da participação política, *locus*, alvo e motivação. Outros destaques do autor são os repertórios que aqui são caracterizados como eventos culturais-políticos de rua e a questão do domínio da política que irão permear as três dimensões, marcadamente pela fluidez das fronteiras do pessoal e do político.

5.2.1. *Locus*

O *locus* da política tem sido um dos parâmetros para caracterizar a participação política, em geral abordada como ações que se dão na esfera governamental. Assim, formas tradicionais de participação se dariam em parlamentos, assembleias, conselhos de participação, partidos políticos entre outros fóruns. O *locus* da ação dos eventos culturais-políticos é a rua, que aparece na fala dos organizadores como um lugar privilegiado da política, ou seja, ligada ao imaginário político da rua como lugar da contestação popular – o comício, a passeata, o protesto. Mas de maneira diversa destas formas de participação política, a festa na rua não ocupa para demandar algo para além da própria festa e do próprio espaço que é ocupado no momento que ela ocorre, ao menos não de forma clara e estruturada. Nesse sentido, a performance é também a própria demanda. O *locus* tem um espaço privilegiado na fala dos atores, marca uma mudança, uma

tomada de decisão com frases como “assumi a rua”, “migrei pra rua”, “fomos pra rua”. É interessante perceber que para os atores entrevistados não há perda de potência política na troca do seu *locus* de atuação, que é também a mudança no repertório. Dois dos três entrevistados tinham experiência de outras formas de militância política e fazem a mudança de sua atuação para a rua, inclusive percebendo como algo mais potente do que as formas tradicionais:

Entrevistado Cumbia: a partir de 2016, meio que eu migrei do rolê assim de fazer a estrutura com o hip hop e fazer atividades políticas como seminários em espaços públicos, assim como a Assembleia, como a Câmara de Vereadores, essas atividades, deixei esse lance de lado e migrei pra rua.

Entrevistado Arruaça: Eu tive um momento de militância na minha vida em centro acadêmico, diretório central dos estudantes, fui militante do PSOL (...) E a psico da UFRGS foi um segundo momento assim da minha vida política, que foi, assim, de desconstrução de um monte de coisa (...) e daí fui aos choques com eles me abrindo pra outras maneiras de se fazer política e cada vez mais não me sentindo acolhido naquele espaço que funcionava através de centralismo democrático [refere-se ao partido político]. Eu acho que a psico foi esse segundo momento onde eu comecei a vivenciar um pouco mais esse fazer político que se dá de maneira mais horizontal, que aposta muito nos coletivos(...)

Estar na rua ganha uma dimensão política para os organizadores que articulam diferentes explicações para este significado. A fala do organizador da Arruaça marcada por uma certa erudição que liga sua ação com fatos da história recente, como os movimentos de ocupação ao redor do mundo, retoma também questões locais como a particularidade da capital gaúcha quanto à privatização dos espaços público como projeto da gestão municipal:

Entrevistado Arruaça: E daí então tem esse contexto todo, de ocupação de praças, desde lá do Egito, não sei o quê, Primavera Árabe, um monte de coisas, Occupy Wall Street, então isso respinga no Brasil também, o Brasil, assim, participa desse movimento como um todo, e eu acho que daí vem cada vez mais ganhando força essa coisa de estar nas praças, fazer política através da reivindicação das praças (...) ali, pré-junho de 2013, vinha uma crescente da questão do espaço público como uma pauta dos movimentos sociais, e da sociedade em geral (...). Muito na tentativa de propor alternativas à privatização dos espaços, identificando a privatização crescente e pensando que podia ser diferente, não necessariamente precisaria ser daquela forma.”

Na fala dos entrevistados, a rua parece ganhar mais potência política na medida em que percebem um fechamento da política institucional para temas e projetos nos quais estão engajados, é assim ao colocarem o tema da privatização dos espaços públicos, como também em relação ao cenário político nacional. No caso do Samba de Terça, a percepção da

impossibilidade de dar seguimento ao projeto musical *malemolência samba lounge* citado acima, é narrada assim:

Entrevistado Samba de Terça: Aí veio o golpe, muda a cena, e eu pego as pessoas que estavam envolvidas nesse projeto e vou tocar na escada [do Viaduto Otávio Rocha] (...) que foi uma coisa meio aleatória, eu vi ali uma produtora que eu achei que poderia ajudar o projeto (...) e a gente começou a tocar ali toda terça-feira, e ali a gente começou a fazer rua...

O sentido político do *locus* também se constrói, segundo um dos entrevistados pela subversão do uso daquele espaço. O evento promoveria assim uma quebra da ordem de sua utilização:

Entrevistado Arruaça: eu acho que está um pouco na proposta mesmo assim do coletivo, que é de ocupar esses espaços urbanos, preferencialmente da rua, (...) supostamente possível de ser acessado por todos, mas a gente sabe que não é bem assim, mas então que tenha isso, e que produza de certa forma um deslocamento do olhar e da *experiência* de quem vai tá lá no dia que tem uma festa e no dia que não tem uma festa. Então isso é algo que a gente fica pirando também, olhando o lugar e "imagina uma festa aqui", que acho que tem algo assim de uma profanação, que é tu pegar aquele lugar e fazer outra coisa dele e não aquela que é esperada que se faça. Então acho que esse é um elemento presente (grifo meu).

Entrevistado Samba de Terça: A gente tinha uma posição política muito clara, não é só *estar* na rua que tinha uma conotação política, mas a gente estava na rua *com* uma posição política, no grupo especificamente, a gente estava defendendo aquele espaço, a continuidade daquele espaço [referência ao viaduto do Brooklin], (grifo marca entonação na fala).

Como síntese, percebe-se que, especialmente na esteira dos movimentos de ocupação, estar nos espaços públicos ganha um significado político que é compartilhado entre os organizadores. A rua passa a ser o *locus* de promover experiências e demarcar formas de existência que se veem em oposição a um sistema hegemônico, especialmente numa oposição entre público e privado.

5.2.2. Alvo

Com relação ao que Van Deth (2014) nomeia como alvo, ou seja, a quem se dirige a demanda da atividade política (se ao governo, ao Estado e/ou como forma de resolver um problema comunitário), o caso das ocupações por festa se afastam desta abordagem mais tradicional. Na fala dos organizadores não há um alvo estatal claro, nem uma meta objetiva de

resolução de um problema. Tal pragmatismo característico da visão política tradicional é substituído por uma visão mais focada em produzir uma experiência para os participantes e para os próprios organizadores que promova valores e práticas de uma certa mudança social que defendem.

Ao pensar na abordagem de Tilly e Tarrow (2015), por exemplo, o que caracteriza o confronto político é a presença do governo e/ou das instituições políticas na disputa de interesses. Assim, confrontos políticos são entendidos como “interações nas quais determinados atores apresentam demandas que afetam os interesses de outros atores levando a esforços coordenados em defesa de interesses ou programas compartilhados e nas quais governos estão envolvidos como alvos ou iniciadores de demandas ou, ainda, como terceiros interessados” (TILLY; TARROW, 2015, p.7, tradução minha). No caso dos eventos culturais-políticos a maior disputa e conflito com o Estado se dá na ocupação do espaço público e na forma como os grupos lidam com as leis e processos que regem essa ocupação, ainda que assumir uma postura de conflito com o Estado não seja determinante para todos entrevistados para que considerem o evento como contestador. É importante frisar que todos os entrevistados contam disputas em torno do uso do espaço público. Estas disputas possuem dois focos principais. O primeiro é com o órgão do município que licencia e fiscaliza os eventos de rua, todos mencionam as dificuldades em atender aos requisitos e taxas impostos pela prefeitura para uso do espaço. O segundo foco é nas relações tensas entre organizadores dos eventos e as forças policiais: todos narram diferentes experiências de repressão policial. Ainda que estes temas sejam bastante presentes, é interessante verificar que não há ação coordenada ou demanda estruturada para pedir a alteração deste regramento.

As falas indicam que os três conferem valor positivo a uma postura contrária ao Estado – vista como contestadora, insurgente. Ações como fazer as festas sem licenciamento ou enganar um policial sobre ter a autorização são tidas pelos entrevistados como ações que contestam a ordem vigente. No entanto, dois dos entrevistados optaram por ceder às pressões e fazer seus eventos de forma legal por meio do processo de licenciamento da prefeitura municipal. Dessa forma, eles argumentam que privilegiam que a festa aconteça, ou seja, evitam o confronto e apostam no significado cultural-político que a ocupação da rua com a festa possui. Este foi o caso do Samba de Terça, como visto anteriormente, e do Arruaça, que após passarem por algumas batidas policiais que cobravam o licenciamento do evento, o coletivo avaliou que era mais importante que a festa ocorresse, mesmo que isso significassem abrir mão da postura contestadora representada pelo ato do evento ser clandestino.

Entrevistado Arruaça: (...)pra nós foi a gota d'água, foi na festa que nós faríamos, faz uns meses já, que ia marcar 5 anos do coletivo, sofremos uma repressão, super tímida assim, não apanhamos de ninguém, não. Foi uma coisa assim, bem *biopolítica*, sabe?! Estavam na volta e a gente viu que ia dar ruim, outras festas já tinham sido fechadas e nós estávamos sem autorização, a gente decidiu que a partir de agora a gente faria com autorização. (grifo meu)

Depois do episódio e da decisão em legalizar o evento, ao procurar o órgão de licenciamento o grupo foi surpreendido pois tinha como premissa que o poder municipal era contra os eventos e no órgão responsável encontraram funcionários favoráveis aos eventos.

Entrevistado Arruaça: A gente teve uma reunião lá, antes de pedir a primeira autorização, e eles deixaram muito claro que o objetivo deles lá enquanto escritório de eventos é licenciar o máximo de eventos possível, eles se orgulham disso, esses são os números deles, não é barrar os eventos. Então é uma postura diferente do que a gente imaginava, do que a gente via no poder público, como aquele que está impedindo a gente de fazer alguma coisa (...)

Ao mesmo tempo, ele destaca que vê na política municipal voltada aos eventos de rua uma forma de atribuir um excesso de responsabilidade para quem os promove, desresponsabilizando o poder público pelas ações. Parece haver a demanda para que o Estado valorize estas iniciativas de ativação dos espaços públicos como legítimas manifestações culturais e, portanto, de interesse público. Todos os organizadores entrevistados entendem que a forma como a prefeitura regula os eventos, em especial com a mudança política a partir do governo Marchezan, afastou o apoio do Estado a estas iniciativas de ocupação do espaço público.

Entrevistado Arruaça: antes tinha de maneira mais clara e que talvez se perca nessa mudança de postura do município, é que antes, se tu entrava com essa documentação parecia que tu acabava se constituindo enquanto sujeito individual ou coletivo de direitos, então tu tinha direito ao DMLU limpar o teu evento, tu tinha direito a pedir pra CEEE um ponto de luz, pagando só o que tu gastou, e hoje na verdade tu vira só um sujeito de deveres, (...) tu, como pessoa física ou jurídica tá se responsabilizando por aquela manifestação que vai ocorrer, (...) então, assim, acho que isso diz muito da lógica da política como ela tem acontecido nesse contexto de terceirizações de tudo.

Entrevistado Samba de Terça: Então quando eu digo que a prefeitura me inviabiliza, me inviabiliza por isso, quando me vê como um empreendedor, e não como cultura (...). Aí eu passo a ser empreendedor, se eu quiser vender bebida, aí eu tenho todos esses custos, quando na realidade tu pensa "poxa, eu faço um evento cultural que movimenta mais de mil pessoas toda a semana no espaço público", a prefeitura deveria no mínimo me ceder o espaço, garantir a limpeza do espaço, garantir o banheiro pro público, isso não é problema meu, não é, eu tô levando cultura pras pessoas, aquilo poderia no mínimo não me atrapalhar, mas não, né, é o jeito deles pensarem (...).

Para os organizadores do Samba de Terça e da Cumbia a política municipal para eventos de rua possui a intenção de boicotar a possibilidade destes eventos para produções

independentes ao colocarem certas regras que filtram quem consegue ou não consegue ocupar as ruas.

Entrevistado Samba de Terça: É que quando o poder público cria essas regras, ele vê quem pode cumprir elas e quem não pode, não tem como a Cumbia ou a Arruaça gastarem mil reais pra fazer um evento, eles não tem como arrecadar, o Samba não tem como arrecadar isso. Dentro dessas lógicas, para arrecadar isso tem que ter alguém que faça *só* aquilo, porque aí tu tem que ter expositores (...)e aí tu vai fazer toda a burocracia pra isso, ou seja, tu te dedica à produção de eventos, aí esse é o teu trabalho.

Entrevistado Cumbia: a gente vem sendo retaliado pelo gestor público e também pela denúncia dos vizinhos em si, e em si o rolê segue praticamente meio que tipo diário, e nós meio que tipo impedido de trabalhar, a partir disso a gente tenta fazer uma regularização que se torna infinita, praticamente. [O poder público] dizendo assim, "ó, vocês não vão ter a autorização pra trabalhar, vocês vão ter que procurar outro lugar, nós não queremos vocês aí, e a gente quer um rolê aí *clean*, bonitinho".

O Estado tem significações contraditórias para os entrevistados (e para o mesmo entrevistado também): ele é sempre alvo de crítica (inclusive nas redes sociais) por parte dos organizadores e, assim, os eventos se posicionam contra o Estado; simultaneamente, todos os entrevistados citam que já buscaram financiamento estatal ou pretendem buscar. Portanto, a postura de crítica ao Estado não parece ser um valor fundamental, mas possuir uma característica situacional.

Esta percepção dos organizadores de que seus eventos são indesejados parece sustentar a ideia de que continuar fazendo os eventos é uma forma de resistência política, ao concretizar a ocupação dos espaços públicos com pessoas, músicas e temas que estariam fora do padrão desejado. É também neste sentido que aparece a ideia de ser “fora do sistema”, no sentido de realizar eventos que não estariam na lógica hegemônica do capital, de forma a privilegiar o comércio de produtos artesanais e reutilizados (como os brechós), a partir de uma produção independente. O alvo, assim como a demanda, parece difuso, pois mira em alterar valores sociais diversos e muitas vezes não manifestos claramente nos eventos. Nesse sentido, os principais adversários percebidos pelos organizadores é uma ordem social conservadora estabelecida especialmente pelo Estado e pelo grande capital, que pode tomar diferentes formas como a indústria de cerveja ou fonográfica.

Entrevistado Cumbia: É que daí, tipo, no caso cada feira, cada evento tem a sua própria organização, (...) nós agregamos outros coletivos, como o coletivo das guria [brechó] e assim a gente, vai. Então tipo nós estamos sempre em comunicação e contato com o rolê, e é isso que o sistema odeia, porque daí tu

consegue te movimentar, fazer uma rede, sem acessar grana pública, e ainda existir(...)

Entrevistado Cumbia: Cultura de resistência é tipo, no caso, começa, vamos supor, a partir de um hip hop, a partir de uma cumbia, que também tipo no caso é uma cultura de resistência, cultura de cerveja artesanal é uma cultura de resistência, e isso aí é *out system*, porque tu tá deixando de vender, comercializar uma Ambev pra fomentar a produção de uma cerveja artesanal.

Entrevistado Samba de Terça: E com o público, quem é que tem o papel de levar a cultura para as pessoas? Não é a TV, não é a rádio, porque eles não trabalham com isso, esse não é o trabalho deles, eles fazem com outra coisa, eles trabalham pra indústria fonográfica, eles querem vender disco, não tem nada a ver com cultura isso, então a gente tem que cumprir esse papel (...) Isso [em referência a uma música que está tocando em um bar] é o que a mídia escolheu que tu vai ouvir, reproduzir isso, não é nem cultura, muito menos de resistência, é fazer o que querem que tu faça, é escolher o caminho mais fácil, é tocar, em tese, o que as pessoas querem escutar. E eu acho que a gente tem um poder, e é um poder mesmo, determinar o que as pessoas vão ouvir é um poder, que a mídia usa muito bem, e que a gente quer usar também, e aí sim tem uma cultura de resistência, tu tá usando a cultura pra falar de assuntos que tu quer que sejam falados.

No caso do Arruaça há uma interpretação diferente sobre o que o entrevistado, numa linguagem marcada pelo academicismo, chama de “capturas” que são feitas pelo capital. E parece que o coletivo tem buscado estabelecer uma relação não de boicote, mas de gestão dos seus interesses com as empresas de cerveja. Tendo como prioridade que o evento siga ocorrendo, optam por ser pragmáticos e, ainda que o contrato com cervejas como Budweiser e Becks pareçam causar certo constrangimento, avaliam que garantir o financiamento de suas ações seja mais importante.

Entrevistado Arruaça: Na Copa estava rolando aqui em Porto Alegre aquele BudBasement, que era um espaço ali no Cais do Porto, e a Ambev, através do pessoal do marketing da Bud, estava procurando coletivos em todo Brasil, mas a gente conversou com a pessoa que era responsável pela região sul, fazer eventos que eram uns esquentas da Bud e tal, uma coisa super coxinha assim, [[risos]] e eles queriam coletivos que fossem influentes e tal, "cool". E bah!, foi uma super discussão, a gente decidir participar ou não, daí quais eram as condições que a gente colocou? Tipo, a gente convidava as pessoas, então a gente fazia uma lista, essas pessoas não cobravam e elas iam participar de uma festa que ia ter Bud liberada, então a gente fez isso, convidou todas as pessoas que a gente queria convidar (...). Então a gente foi lá e fez, dentro do BudBasement, de graça pra quem fosse, com bebida de graça, e ganhamos um cachezão lá, que foi o que financiou nossas últimas festas, então foi uma decisão. E agora a Ambev tá com essa cerveja Becks, que é pra competir com a Heineken, uma alemã verdinha assim também, de garrafa verde, e daí nos procuraram de novo, então daqui a pouco a gente pode fazer alguma coisa com eles que pode nos facilitar essa questão do financiamento, sempre pensando um pouco assim, ah, a gente pode receber apoio das marcas mas sem colocar elas no primeiro plano...

Outro ponto trazido pelo Arruaça diz respeito a produzir mudanças com base em experiências que rompam a lógica de organização mais vertical a partir da promoção de formas horizontais no grupo. A questão da horizontalidade nas relações também aparece na entrevista do Samba de Terça, que fala da sua busca em se afastar da relação com os bares, as quais considera uma relação de exploração, e construir com seu evento, relações mais horizontais.

Entrevistado Arruaça: E eu acho que pensar a produção de subjetividade a partir desse tipo de evento é super importante, pela novidade que tem assim, tem um certo frescor, e pra nos ajudar a ficar permanentemente pensando, sobre o que a gente tá fazendo, porque o capital é muito voraz, e a gente tá atravessado por ele o tempo todo. Então uma preocupação nossa como coletivo é um pouco tentar subverter a lógica da prestação de serviço, então a gente faz as festas, lógico que tem um núcleo ali de pessoas que são mais responsáveis do que outras, mas a ideia é que todo mundo seja em alguma medida responsável por aquele evento, então romper um pouco com a ideia de público e produção, a segurança é responsabilidade de todos, a limpeza é responsabilidade de todos, o financiamento disso é responsabilidade de todos, e a diversão é a responsabilidade de nós todos...

No sentido construído pelos entrevistados parece estar a premissa atribuída ao que pesquisadores tem conceituado como políticas de estilo de vida (MOORE, 2017), em que há uma politização das escolhas cotidianas – músicas as quais se escuta, meio de transporte que utiliza, produtos que compra – num processo de atribuição de sentido político às decisões diárias. Tal sentido político parece ser tacitamente compartilhado pelo grupo que organiza e frequenta tais eventos e também nas redes sociais ou falas e performances que ocorrem no evento (como o teatro durante a Cumbia) que reforçam estes valores. Ao chegar à casa de um dos entrevistados, referi que eu achava tê-lo visto chegando de carro no seu prédio, ao que ele me respondeu “só me desloco de bicicleta” – de forma a afirmar que na disputa sobre a mobilidade urbana, ele se posiciona *contra* o automóvel.

Aqui há uma subversão clara do conceito de alvo (VAN DETH, 2014), porque a demanda não é elaborada, nem direcionada de forma clara e acabada. Ela é um conjunto de valores expressos pelas atitudes e os organizadores parecem partilhar da ideia de que promover a vivência destes valores é uma forma de produzir a mudança social. Indo além na noção de políticas de estilo de vida, parece que no esforço de sistematizar, a partir das falas dos entrevistados, a resposta para a pergunta “o que produz a mudança social?”, a partir das falas dos entrevistados, caberia dizer que eles expressam a teoria de que tal mudança é alcançada por meio da promoção de *vivências transformadoras*. Esta ideia pode ser identificada nas falas abaixo destacadas do organizador do Samba de Terça que vê nesta festa uma experiência única de integração social, em que as clássicas divisões por classe, raça, gênero, ficam suspensas.

Além disso, enxerga no seu ato de escolher o repertório musical uma forma de mobilizar transformações naqueles que o escutam.

Entrevistado Samba de Terça: Ou seja, a banda tem uma diversidade, que acaba se refletindo no público (...), a gente sempre teve uma diversidade muito grande no nosso samba que tu não vê em lugar nenhum, não vê um lugar onde tem tanto branco e preto misturado, um lugar com tanto gay e hétero misturado, e à vontade, tinha trans, a população de rua junto no samba, às vezes junto na roda tocando, às vezes dançando, sabe, ou seja, tinha uma interação entre povos, que normalmente não se misturam, que não interessa que se misture (...) É preto dançando com branco, rico dançando com pobre, com gente de rua, (...) uma mistura que de alguma maneira rompe com o que a direita prega, que é cada um no seu lugar. (...). Então eu entendo que o evento em si era um ato político, juntar aquelas pessoas daquela maneira ali já era por si só um ato político.

Entrevistado Samba de Terça: as pessoas saem do samba com alguma coisa na cabeça, vão cantarolando melodias e letras que em algum momento elas vão pensar sobre aquilo que elas tão cantarolando, e fui eu que disse aquelas melodias e aquelas letras, eu que escolhi o que ia ser dito, então aí já começa essa questão.

Já o organizador da Arruaça mobiliza a comparação com formas tradicionais de protesto para argumentar que a ocupação e seu sentido de permanência ampliam a possibilidade de uma convivência que transforma as pessoas, na medida que coloca desafios a serem superados na relação entre elas. Também reforça o potencial da festa como uma *vivência transformadora* que irá impactar na forma como as pessoas vivem suas vidas.

Entrevistado Arruaça: o estar, o ocupar, tem um caráter um pouco diferente do que é uma marcha ou algo assim, porque é tu permanecer ali, é tu conviver com pessoas, (...) e esse espaço de convivência meio que faz com que a gente precise lidar com as diferenças, talvez aquelas diferenças que pra fazer um ato pareçam pontuais, talvez estando muito tempo juntos a gente precise falar dessas coisas, então acho que é uma maneira diferente de se fazer política.

Entrevistado Arruaça: Pensar que a ação política através da festa, ela por si só já proporciona um espaço de encontro das pessoas, então, está pra além de nós, do que a gente faz, a gente proporciona aquele espaço, mas a política ela vai extrapolar aquilo, e os efeitos daquela festa, daquela noite, naquelas pessoas, vão ir pra suas casas, pros seus locais de trabalho, então isso já tem algo aí que é interessante.

No caso do Arruaça, o organizador narra como a crítica das mulheres do grupo ao *lineup*¹¹, predominantemente masculino, de um festival de rua que ocorreu em Porto Alegre gerou uma série de discussões no coletivo Arruaça, entre os coletivos e nas redes sociais sobre o machismo na cultura DJ e nas festas de rua. Como consequência, o grupo organizou uma festa

¹¹ *Lineup* é a lista de DJs que tocará numa festa

de rua somente com DJ mulheres e desde então o coletivo assumiu a questão da representatividade feminina no *lineup* da Arruaça. Este caso é dado pelo entrevistado como uma evidência de como se produziu a mudança tanto no interior do grupo, quanto como ela extrapola ao público a partir da *experiência*:

Entrevistado Arruaça: essa coisa de uma afirmação da possibilidade das mulheres também estarem ocupando aqueles espaços, influenciando outras mulheres, porque eu acho que as minas tem trabalhado muito assim também a coisa da representatividade, olhar e se sentir representada, então muitas pessoas podem ter se aproximado dessa prática, assim, de DJ, ou de outras coisas, por se sentirem representadas e tal, e é algo que aparece no nosso discurso também, então a gente vai afirmar isso discursivamente, vai falar sobre isso nas redes sociais...

Há então na fala dos entrevistados um conjunto de valores que segundo eles são difundidos nos eventos de rua tendo como alvo os próprios participantes, que passam por críticas ao Estado, disseminação de pautas feministas, de temática LGBT, de promoção de produtos artesanais, também questões de direito à cidade e até questões mais específicas como o cenário político da última eleição presidencial, como no caso do “Sambistas contra o fascismo” e a performance teatral sobre o paradoxo da tolerância, que fazia referência ao governo Bolsonaro. Ao mesmo tempo, nenhuma destas pautas é em si a demanda ou o propósito dos eventos. Eles fazem pontes com estas demandas, mas colocam centralidade na *experiência* da festa como uma *vivência transformadora*, buscando mobilizar não só a conscientização, mas a percepção – mente e corpo. Tal sentido é bem expresso na fala a seguir:

Entrevistado Arruaça: Não necessariamente politizado, no sentido de que ela precise ter algum tema, ou seja em defesa de alguma coisa. Mas que a festa enquanto possibilidade de encontros múltiplos ali, aquilo ali é terreno de política, a política tá acontecendo ali.

Haveria, combinado ao sentido de políticas de estilo de vida, de “seja a mudança que você quer no mundo”, uma ideia de um “efeito dominó”, em que é possível difundir estes valores a ponto de fazer frente à ordem percebida como hegemônica. Parece ser neste sentido que o organizador da Arruaça afirma que um dos objetivos de um coletivo é “produzir outros coletivos”, ou seja, é multiplicar uma forma de agir no mundo, entendendo que cada um está fazendo sua parte na empreitada da mudança social, mesmo que um coletivo específico “não vá estar lá para sempre”, outros farão.

5.2.3. Motivação

Talvez o ponto mais polêmico do mapa conceitual de Van Deth é propor que uma das formas de definir a participação política se dá a partir da identificação da motivação dos atores. O terreno aqui parece ficar espinhoso porque não há consenso nas Ciências Sociais se é possível capturar a motivação da ação, nem mesmo se a ação seria conscientemente motivada. Bourdieu (1996) afirma que os agentes não agem tendo como fim seus objetivos. A prática se daria no presente do jogo, em meio aos seus afazeres e a fazeres, ou seja, em meio a tomada de decisões que estão inscritas na prática do seu dia-a-dia. Para o autor, tomar o testemunho dos agentes como fonte para dar conta de suas práticas seria um erro, seria tomar o “trajeto como um projeto”. Ele afirma que “para dar conta das condutas humanas é preciso admitir que elas se apoiam com frequência sobre teses não téticas, que elas colocam futuros que não são visados como futuros” (BOURDIEU, 1996, p.145). Por outro lado, como afirma Van Deth (2014), abrir mão de considerar a intenção é possivelmente perder de vista o próprio fenômeno da participação. Tarrow (2009, p.15) defende que há uma intencionalidade no confronto político, ao agir coletivamente as pessoas “(...)pedem, se reúnem, fazem greves e passeatas, ocupam recintos, interrompem o trânsito, põem fogo e atacam os outros com a intenção de ferir”. O autor ainda destaca a relevância cultural na compreensão do fenômeno do confronto político, pois ele “não nasce da cabeça dos organizadores, mas está culturalmente inscrito e é socialmente comunicado” (idem), ou seja, uma determinada ação é compreendida coletivamente como uma ação política e esse significado é construído culturalmente, é uma intenção que se realiza na relação.

Vaisey (2009) ao discutir diferentes abordagens sobre a motivação da ação, defende que há um processo dual de cognição cultural em que os atores são dirigidos por processos esquemáticos internalizados (consciência prática, *habitus*), ao mesmo tempo que são capazes de deliberação e justificação (consciência discursiva). Ele chama a atenção para o fato de que, ao utilizar a entrevista como método, o pesquisador acessa a consciência discursiva do entrevistado e não o nível mais profundo, ligado aos motivos que são inconscientes. Para o autor: “A consciência discursiva é incrivelmente boa em oferecer razões que podem não estar totalmente relacionadas aos reais motivos por trás do comportamento das pessoas (VAISEY, 2009, p. 1688).

Ainda que tomemos como certa a argumentação de que o motivo da ação não consiga ser capturado plenamente pela fala dos atores, o sentido conferido por eles, mesmo como justificção, é tomado como relevante para caracterizar a ação como política do ponto de vista deles mesmos e nas suas relações. Os pesquisadores que se apoiam na teoria leiga variam na abordagem que fazem dela, há aqueles que buscam conhecer estas teorias como explicações/interpretações dos atores para o mundo e aqueles que somam a isso, a conexão delas à modulação das ações. Também é interessante como McCurdy (2011) aborda a teoria leiga na linha de um processo duplo ao subsidiar a ação e a interpretação sobre a ação no caso abordado sobre movimentos sociais e mídia, caso que pode dialogar com a abordagem de Vaisey (2009). Outra retomada importante nesse sentido, é a premissa de que nem sempre há uma coerência nas teorias leigas de uma pessoa, elas podem variar sobre diferentes temas e práticas (KUNG, 2018).

Ciente desta disputa no campo da sociologia, é necessário fazer uma escolha, que neste trabalho é de valorizar a fala dos entrevistados, dando relevo às suas teorias, sobre os sentidos da participação política, partindo de suas experiências como organizadores de eventos culturais-político de rua. Nesta sessão em específico, amplio o sentido que Van Deth (2014) dá à motivação entendendo-a como um processo inseparável da justificção e busco mapear quais são as motivações/justificações que emergiram das falas dos organizadores, para além de suas demandas e alvos - ainda que se assuma que a motivação não seja totalmente capturada.

Dentre os organizadores dos eventos pesquisados, dois deles – Samba de Terça e Cumbia - ressaltaram que os eventos são uma fonte de renda e esta é uma condição para estes eventos acontecerem. No caso do Arruaça, ainda que o organizador não tenha como meta ter ganho financeiro com o evento – sendo a renda gerada um recurso para sustentar a própria continuidade do evento – o mesmo deixa claro que iniciar os eventos foi uma forma de se estabelecer no mercado de DJs, pois assim ele se tornou conhecido e pode tocar comercialmente em outros lugares.

A questão da obtenção de ganhos financeiros com os eventos é sempre motivo de justificativa para os atores, se antecipando às críticas que anteveem no seu campo de que o interesse econômico tornaria impura a ação política e artística. Essa interpretação conversa com Bourdieu (1996) quando fala de campos em que há uma subversão da lei do mundo econômico: campos em que as recompensas estão em atos “desinteressados”, no sentido econômico, como parece o caso da arte e da política. Para o autor, “sobretudo em certos universos, como o campo artístico, científico etc., é melhor aparecer como desinteressado do que como interesseiro, como

generoso, altruísta, do que como egoísta” (BOURDIEU 1996, p. 154). Parece ser nesta chave que o interesse econômico dos eventos venha sempre de forma a ser explicado. Na fala abaixo, o organizador da Cumbia, justifica seu lucro, enfatizando a estrutura necessária ao evento e a compara com outro tipo de evento de rua que não possui comércio atrelado, os *slams*. Ele também cita eventos de rua que seguem resistindo *em si*, ou seja, sem visar lucro. Na sequência, ele fala da importância da receita como uma forma de sustentar a própria ação política, frente à escassez de outras formas de captação.

Entrevistado Cumbia: Meu, então, no caso, pra nós fazer evento, diferente do slam, que não precisa levar um equipamento e pá, é só uma concentração de pessoas, nós mobilizamos toda uma estrutura. Eu... necessito gerar renda de alguma forma, então no caso eu não curto fazer rolê que não gere uma receita, daí vou eu me divertir, entendeu, vou eu me divertir nos outros rolês, nesses que seguem resistindo, em si, como nesse fim de semana, teve os bloquinhos, né?!

Entrevistado Cumbia: (...) e quando a gente fala ocupar e resistir, como é que tu tem uma captação, uma mobilização de recursos, uma sustentabilidade financeira da tua associação cultural, entende?

No caso do Samba de Terça, o entrevistado explicita esta controvérsia por meio de uma experiência de ser questionado sobre a incompatibilidade da política e do lucro. Em outra passagem, usa o mesmo recurso do organizador da Cumbia, a comparação com outros eventos de rua que são “desinteressados” ou que não possuem a mesma estrutura (talvez, qualidade) que o seu.

Entrevistado Samba de Terça: Porque é aquilo, por ter um posicionamento ideológico, parece que me cobravam, tipo assim, militância tu não pode ganhar dinheiro, ou seja, se tu é militante tu não pode ser pago por aquilo, tu tem que pagar pra fazer aquilo, tem uma visão burguesa. Inclusive muito do pessoal do Arruaça pensa assim, que ganhar algum dinheiro com aquilo, com o teu trabalho, é errado, porque eles não precisam trabalhar, tu vai ver é só uma gurizadinha, tudo bem de vida, tudo com boas roupinhas, todos na faculdade, maioria morando com o pai, outros com apartamento que os pais deram. Então, eles têm um discurso de que é errado ganhar dinheiro com a militância, muita gente via dessa maneira, teve gente que veio me dizer que era constrangedor a gente passar chapéu(...). Bom, evento tem custo e a gente vive disso, eu trabalho de tocar violão.

Entrevistado Samba de Terça: Daí a gente também passava o chapéu, uma maneira de ser acessível, ser inclusivo, qualquer um poderia ir lá nos assistir, mais o bar que ia lucrar com o bar e nos repassava alguma coisa também. Porque é isso, é o nosso trabalho, a gente, diferente do pessoal da Arruaça, por exemplo, que bom, tão nem aí para dinheiro, eles vivem de outras coisas, normalmente do pai e da mãe, né? Beleza, tudo certo, mas é outra relação. Diferente da Cumbia na Rua, que tem um lance de dinheiro, mas é um cara, né, ou seja, ele quer ganhar dinheiro sim (...) mas ele faz a seleção da música

na internet, aperta o play no computador e tá resolvido, a gente estudou a vida inteira pra fazer o que a gente faz, ou seja, é uma outra relação...

Diferente da imagem produzida na fala acima, o organizador do Arruaça, ainda que ressalte a sustentabilidade do evento como principal destino da receita das festas, deixa claro que o que o motivou a tocar na rua também foi conseguir uma legitimidade e reconhecimento profissional e que isto gerou frutos econômicos. Além disso, é uma pauta do coletivo a possibilidade de se institucionalizar mais, ter acesso a verbas empresariais ou públicas que permitam a remuneração dos DJs e artistas. Ele, diferente dos outros entrevistados, não toma uma posição defensiva e faz uma positivação da união da política e do trabalho:

Entrevistado Arruaça: A Arruaça era nossa maneira de fazer ação política, mas também era a minha via no começo de poder tocar, então eu queria poder tocar, então é fazer um pouco desse meu trabalho a minha militância e a minha militância produzindo essa possibilidade de trabalhar, inclusive foi o que fez a gente ser conhecido assim, eu como DJ foi o que me fez ser conhecido na cidade, e tal.

Entrevistado Arruaça: o coletivo tomou uma proporção grande e que ele é algo interessante que continue acontecendo e podendo crescer, então a gente almeja talvez, né, nos institucionalizar um pouquinho, daqui a pouco ganhar uma verba pública, ganhar um edital, a gente acha que isso poderia ser interessante, sempre vai limitando cada vez mais o nosso trabalho, mas a gente sonha um pouco com isso, até poder remunerar os artistas quem sabe, né?!

A preocupação dos atores no que se refere à interpretação e justificação do cruzamento entre a militância/política com a sobrevivência/economia expressa um debate moral que permeia não apenas o campo ativista, mas também a própria sociologia da ação coletiva. Quiros (2009), a partir de sua pesquisa com os *piqueteros* na Argentina, propõe que se repense a costumeira cisão entre “política” e “economia” identificada entre os ativistas e, particularmente, seus pesquisadores. De forma crítica, ela identifica na academia uma tendência de contraposição entre a “razão material” e a “razão político-moral”, a qual hierarquiza “as motivações e/ou os objetivos em jogo, e pressupõem, por exemplo, que a *luta* por um plano de 150 pesos ou uma cesta de mercadorias é menos ‘política’, menos ‘coletiva’ (e menos ‘sociológica’) que a *luta* por *trabalho genuíno* ou por *mudança social*” (QUIROS, 2009, p. 134, *grifos da autora*). Haveria, portanto, na academia, uma postura prescritiva e valorativa em que a mistura entre as instâncias econômica e política é reprovada e que o auto interesse tornaria a política menos autêntica. As falas dos entrevistados parecem reconhecer os riscos de reprovação por parte dos defensores da política “desinteressada” e, na medida que suas ações políticas combinam estes elementos, buscam argumentar o porquê da legitimidade da sua ação, dotada de multidimensionalidade com relação às motivações e aos seus fins.

A segunda motivação presente nas falas nos entrevistados está relacionada diretamente ao repertório de ação e sua performance: a festa e a expressão artística como ação política. Não raro, a motivação para a escolha do repertório é explicada também pela decepção ou limitação da política institucional. O organizador do Arruaça é o que mais defende a festa e o prazer pessoal como uma forma legítima de fazer política:

Entrevistado Arruaça: Eu militava no PSOL na época que eu já tava um pouco mais distante talvez, e daí a gente se encontrava eventualmente, amigos que eram militantes e tal: "e aí, o que que tu tem feito?"; "ah, pois é, eu tô na Arruaça e tal"; daí, "tá, não, mas de militância? tu não tá mais militando?" daí eu, "não, então, a gente tá na Arruaça e tal", "tá mas e...?". Então não é militância, então é uma coisa assim, tipo "aah, Arruaça, muito legal, já fui e tal, mas assim: "tá, e a coisa séria, o que que é?". Então esse descrédito, acho que provavelmente se a gente for conversar hoje com as pessoas, deve tá bem inalterado. (...) Uma coisa que aconteceu no coletivo muito assim, nesse processo de se tá sempre se questionando, sempre vinha isso, "tá mas e a gente vai fazer só festa?", ou as pessoas perguntavam "tá mas vocês fazem só festa?" ou "por que só festa?", "que mais?", "tá mas qual é o tema da festa?", ou assim "tá mas é só a festa?". É só a festa, é isso mesmo! Porque eu acho que também a gente não tem muito bem claro, que que é isso, fazer só festa, mas a gente tá fazendo só festa mesmo, e o "só festa" pode ser um universo de muitas coisas.

Numa visão mais tradicional no campo da esquerda, fazer política é uma *luta*, ou seja, é difícil, penoso, arriscado. Nessa perspectiva, a festa e o prazer, da mesma forma que a atividade econômica, parecem tornar impura a prática política, se divertir não caberia no código de posturas tradicional de *como fazer política*. Esta visão foi trazida na revisão bibliográfica nas palavras de Zizek (2012) ao analisar os movimentos do *Occupy*, quando afirma que política é trabalho duro e não diversão. Além da festa como repertório, é possível perceber nas falas que há orgulho e prazer em promover as festas, na proporção que elas adquiriram, na sensação de estar fazendo algo significativo politicamente, artisticamente e as relações pessoais que são fruto destas ações. Este é outro ponto que Quirós (2009) chama a atenção: a dedicação ao ativismo também se apoia no "prazer de fazer". A autora afirma que tradicionalmente a motivação para o engajamento é explicada pela busca ou obtenção de ganhos morais, políticos ou materiais e a dimensão do envolvimento emocional, do prazer em e na ação é relegado.

Entrevistado do Arruaça: Então, tem essa questão colocada assim, vamos fazer coisas que nos deem prazer, sabe, porque facilmente a gente caía, na Arruaça mesmo, reproduzindo os modos tradicionais de se fazer política, onde a política aparece às vezes como uma penitência.

A outra motivação mapeada gira em torno produzir ações que por estarem fora do que entendem como uma ordem hegemônica, são contestadoras. A ideia é produzir ações que sejam

“fora do sistema”. Este sistema geralmente é significado como ligado ao grande capital e ao poder regulador do Estado, mas também à ordem moral, aos costumes considerados conservadores. Nesse sentido é que o organizador da Cumbia ressalta sua posição “*out system*”, a qual ele vê reafirmada quando promove eventos com estilos de músicas marginalizadas (hip hop, funk), quando produz a própria cerveja e promove oficinas para repassar este conhecimento ou quando se articula com outros coletivos para a venda de produtos artesanais e reutilizados. Para o organizador do Samba de Terça, apresentar um repertório musical que traga temas como o machismo, a intolerância e o racismo e que esteja fora do circuito da indústria fonográfica é o mote da sua performance. Já o organizador do Arruaça fala em termos de uma “profanação” do espaço da cidade e da forma de fazer política; ou seja, fazer de forma inesperada, fora do sistema. Ou ainda, como já abordado, estar de alguma forma em conflito ou fazendo crítica ao Estado aparece como um princípio que informa sua contestação:

Entrevistado Cumbia: no caso da Cumbia, seria de certa forma sempre insurgente, nós nunca vamos fazer uma Cumbia com autorização, daí nós muda de nome, seria isso.

Por último, a fala dos entrevistados indica que parte de sua motivação vem da crença de que ser e propiciar a outros a mudança que eles desejam é uma forma de mudar a ordem social. Portanto, produzir eventos em que os valores partilhados sejam difundidos desde a página do evento, em suas músicas, nas performances artísticas, ou simplesmente na vivência da confraternização seria uma forma de transformar como estas pessoas agem no mundo. Estes elementos ligam-se a noção de políticas de estilo de vida e àquilo que chamei de uma *vivência transformadora*, ou seja, uma experiência que promove novos valores e que se dissemina num “efeito dominó”.

Assim, a teoria dos atores parece indicar que a resposta à pergunta do mapa de Van Deth (2014) - “se a atividade é usada para expressar intenções e objetivos políticos” - pode ser respondida positivamente. Porém agregando outros elementos somados à intencionalidade política, como a atividade econômica, a expressão artística, o prazer em fazer e a crença de que ações que questionem o *status quo* produzem uma determinada mudança social. A soma destes elementos não é contraditória para os entrevistados. É, ao contrário, até mesmo desejável, ou seja, suas ações buscam fazer dinheiro, política e cultura ao mesmo tempo.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Num esforço de síntese, poderia afirmar que as teorias leigas investigadas nesta pesquisa apontam que os atores trazem sentidos diferentes para a participação política do que aqueles tradicionalmente elencados pela literatura, marcados fortemente pela política institucional, o pragmatismo, o cálculo de interesse e pautas claras. Percebe-se que os eventos estudados de Porto Alegre foram influenciados pelo contexto mundial das ocupações e de forma particular, pelas ações de vanguarda do Largo Vivo e Defesa Pública da Alegria, que se destacaram especialmente pelo teor artístico, cultural e festivo. Há uma disputa sobre a relevância política destes eventos, ora taxados como ineficazes e fúteis, ora defendidos como de grande potência criativa e transformadora. Por trás desta disputa, aparece a velha controvérsia no campo da esquerda sobre o papel da alegria, do hedonismo, da brincadeira e do riso na política, tradicionalmente defendida como *coisa séria*. Nesse sentido, os eventos investigados se posicionam em *defesa da alegria* como ação política, especialmente quando a alegria é geradora de conflito, é questionadora, é resistente e insurgente, ou seja, se vê como oprimida.

Como indicou a literatura consultada, trata-se de um movimento com presença majoritária de jovens, ainda que os organizadores não sejam todos jovens. Outra questão pertinente observada é que o perfil do público é prevalentemente branco, universitário e de classe média, ao menos nos eventos que consegui frequentar. A exceção fica por conta do *slam Resistência*, com público racial misto e mais presença da classe popular. Assim como indicado na revisão bibliográfica, os eventos ocorrem em locais centrais e conhecidos das cidades e

possuem como estratégia principal as redes sociais digitais para a mobilização dos participantes. A organização dos eventos se mostrou concentrada em grupos pequenos ou indivíduos, o que contrasta um pouco com a ideia de um trabalho *coletivo*, como indica a palavra que vem designando organizações de movimentos sociais, geralmente auto definidas pela gestão horizontalizada. Outra compatibilidade encontrada com a literatura é com relação às pautas dos eventos e dos grupos e indivíduos que as promovem de crítica ao sistema capitalista e às relações do Estado com as empresas.

De volta ao problema de pesquisa, é preciso responder sobre os sentidos de participação política dos eventos culturais-políticos em espaços públicos de Porto Alegre, sob a ótica de seus organizadores. Ao analisar as teorias leigas sobre participação política e relacioná-las com as noções trazidas pelas teorias científicas, optei por seguir a lógica do mapa conceitual de Van Deth (2014) e seus conceitos estruturantes *locus*, alvo e motivação, ao mesmo tempo em que utilizei as falas dos entrevistados para identificar outros significados atribuídos a eles. Nesse exercício, a própria abordagem da Teoria Leiga é colocada parcialmente em xeque, na discussão sobre motivação e modulação da ação. Como resultado deste exercício de confrontar as diferentes teorias, indico algumas análises sobre o material construído nas entrevistas.

Sobre o *locus* da política destaquei como a rua é vista pelos entrevistados como de potência equivalente ou superior se comparada aos espaços tradicionais da política. Ela também aparece como uma alternativa quando estes espaços são fechados por mudanças na conjuntura política, como é citado nos casos da política de privatização do espaço públicos no período pré-Copa do Mundo na cidade, da nova política de regulação dos eventos de rua do governo Marchezan e da ascensão do governo de extrema-direita de Jair Bolsonaro. A rua é interpretada também *em oposição* ao privado, além de estar carregada de um vínculo com as manifestações, as passeatas e os protestos. Mas a escolha dos locais dos eventos também segue questões práticas a que os organizadores estão expostos como facilidade de acesso pelo público, facilidade de licenciamento pelo órgão municipal, cenário interessante para uma festa. Somente no caso do Viaduto do Brooklin o próprio local escolhido tinha em si um significado de disputa, dadas as iniciativas dos vizinhos em acabar com a utilização do local para festas e a judicialização da questão.

Com relação ao alvo da ação política, seu entendimento foi ampliado para alvo e demanda. As falas dos entrevistados apontaram para uma diversidade de temas que permeiam os eventos, mas eles não se estruturam como demandas delimitadas, concretas e nem sempre aparecem de forma explícita nos eventos. Da mesma forma, não há um alvo claro a que se

dirigem estas demandas. Ainda assim, é relevante dizer como o Estado tem centralidade para os atores em especial nos conflitos quanto às licenças aos eventos e nos episódios de repressão policial. É uma perspectiva recorrente nas entrevistas a crítica ao Estado, suas normas, sua desigualdade de tratamento entre os mais e os menos poderosos, sua violência na forma de atuar. Muitas vezes, ações em desacordo com o Estado são valorizadas como contestadoras. Porém, não parece haver uma *negação do Estado* como princípio, uma vez que todos referem tentativas ou desejo de acessar verbas públicas ou demonstram interesse pelo apoio do poder público. Da mesma maneira, o capitalismo aparece como uma grande força que estabelece uma determinada ordem social, a qual percebem como injusta. Uma das “demandas” é agir *fora do sistema*, ou seja, agir fora daquilo que a estrutura hegemônica do capital e do Estado colocariam como padrão. A pauta sobre o direito à cidade toma forma num discurso de que os eventos seriam indesejáveis, assim como seus frequentadores, suas músicas, etc. Ocupar a cidade seria reafirmar outras existências que não aquelas bem adequadas ao sistema. É neste sentido que os autores conferem sentido político a ações como escutar/tocar músicas marginalizadas, pouco comerciais ou com temas de crítica social, produzir/vender produtos artesanais ou de reuso, utilizar espaços urbanos para outros fins, em horários diferentes do habitual, andar *só* de bicicleta. O próprio fazer política através da festa é visto como uma subversão de como se *deve* fazer política. Este sentido de fazer e promover ações fora do sistema mistura-se a ideia de políticas de estilo de vida, conforme Moor (2017) em que as escolhas de consumo e das práticas diárias ganham conotação política. Ampliando esta abordagem, percebi que os atores se veem promovendo *vivências transformadoras* para outras pessoas. Os eventos são percebidos como momentos em que a experiência prática – envolvendo o corpo e a mente – de valores que se opõem à lógica dominante (excludente, consumista, concentradora de poder e de renda) poderiam trazer mudanças na forma como as pessoas agem no mundo. Estas mudanças teriam o potencial de um “efeito dominó”, se alastrando para outras esferas da vida das pessoas e entre as pessoas. Aqui é um dos principais *insights* sobre a teoria leiga de como se produz a mudança social: através da criação de situações que propiciem essas *vivências transformadoras*.

Por último, com relação à motivação, discuti como a possibilidade de capturar a motivação dos atores não é um consenso nas Ciências Sociais. Optei por entender a teoria leiga como uma explicação que pode indicar, mesmo que parcialmente, as motivações e que não perde seu valor como ferramenta analítica ao enfatizar o modo que os atores operam suas justificações. Ficou evidente o significado político que os organizadores conferem aos eventos, muitos equalizando com outros tipos de militância tradicional. Ao mesmo tempo, é uma

militância diferente porque ela é uma mistura de atividade econômica, de prazer, de produção artística. A motivação econômica é quase sempre justificada, ou seja, os atores antecipam a crítica do campo que partiria de uma concepção em que a política deve ser um ato desinteressado. Os atores entrevistados buscam legitimar sua ação política aliada ao ganho material, inclusive expondo fragilidades do discurso oposto (“isto é coisa de burguês”), ou defendendo que viver a política de forma multidimensional é que uma *experiência transformadora*. Esse resultado corrobora o argumento de Quirós (2009) e sua crítica às dificuldades da produção acadêmica da Sociologia da Ação Coletiva em superar as dicotomias expressas na contraposição entre política e economia e política e prazer. A motivação pelo prazer em fazer é muito presente nas falas, que indicam orgulho e alegria com o sucesso e a repercussão dos eventos. Ao contrário da ideia de que resultados na política veem apenas de um esforço, sofrimento ou penitência, há a defesa do agir guiado também pela satisfação pessoal, por coisas que “produzam saúde” para eles próprios, nas palavras do organizador da Arruaça. A motivação aparece como um grande emaranhado, do qual consegui destacar alguns pontos, mas certamente outros devem estar somados.

A ressalva que faço a estas considerações sobre a pesquisa é que a amostra e mesmo o tempo dedicado à pesquisa como um todo foram reduzidos, dada a configuração própria de produção de um trabalho de conclusão de curso. De qualquer maneira, penso que, ainda que seja uma pesquisa exploratória, trouxe dados interessantes sobre um tipo de ação política que tem chamado a atenção nos últimos anos. É possível que por trás desta abordagem antissistema esteja o próprio declínio do sistema democrático liberal, a desilusão com as promessas de um capitalismo com bem-estar social, ao fechamento do Estado, em especial o brasileiro, que tem abertamente se colocado contra políticas institucionais de participação e adotado políticas severas de ajuste fiscal. Parece, principalmente, que há uma mudança geracional nos valores que estruturam as relações sociais e temas “identitários” ou pós-materialistas ganham muito espaço nos grupos e redes sociais digitais que observei. A exposição destes posicionamentos nas redes e a prática de ações que corroboram estes valores, numa crença de que elas se espalhem, parecem o caminho escolhido por muitos para promover e difundir a mudança social desejada.

REFERÊNCIAS

- ALONSO, Angela. Repertório segundo Charles Tilly: história de um conceito. *Sociologia & Antropologia*, v. 02, n. 03, p. 21-41, 2012.
- BORBA, Julian. Participação Política: uma revisão dos modelos de classificação. **Sociedade e Estado**, Brasília, v. 27, n. 2, p. 263-288, 2012.
- BOURDIEU, Pierre. *Razões Práticas: sobre a teoria da ação*. Campinas, SP: Papirus, 1996.
- CARNEIRO, Henrique S. **Apresentação – Rebeliões e ocupações de 2011** in HARVEY, D. *et al.* *Occupy*. São Paulo: Boitempo, 2012.
- CATINI, Carolina e MELLO, Gustavo C. M. Escolas de luta, educação política. **Educação & Sociedade**. v. 37, n. 137, p. 1177-1202, 2016.
- FOA, Roberto, MOUNK, Yasha - A Desconexão Democrática. *Journal of Democracy*, 5:2, outubro 2016.
- FELIPE, Leo. Festa também é política nas ruas. **Jornal Extra Classe**, Porto Alegre: 14 de setembro de 2016. Disponível em < <https://www.extraclasse.org.br/cultura/2016/09/festa-tambem-e-politica-nas-ruas/#> > Acesso em 12/12/2019.
- GIBBS, G. **Análise de dados qualitativos**. Porto Alegre: Artmed, 2009.
- CULTURA de ocupação. **Revista Página 22**, FGV EASP, São Paulo, n. 95, p. 44-45, mai. 2015. Disponível em <<http://pagina22.com.br/revistap22/95/>> Acesso em 14/05/2019.
- GIL, Antonio C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: ATLAS, 1999.
- HARVEY, D. **Os rebeldes na rua: o Partido de Wall Street encontra sua nêmesis**. in HARVEY, D. *et al.* *Occupy*. São Paulo: Boitempo, 2012.
- HEBERLE, Gabriela. **Apropriações dos espaços públicos como forma de comunicação em Porto Alegre**. Monografia de Graduação (Comunicação Social). UFRGS, 2016.
- HOOGHE, M. Defining political participation: How to pinpoint an elusive target? **Acta Politica**, vol. 49, 3, 338-341, 2014.

- HOSCH-DAYICAN, B. Online political activities as emerging forms of political participation: How do they fit in the conceptual map? **Acta Politica**, vol. 49, 3, 342-346, 2014.
- HOWE, Paul. A corrosão das normas e a desconsolidação democrática. *Journal of Democracy*, 7:1, maio 2018.
- KUNG, F. **Goal Models: A Lay Theory Perspective**. Doctorate Thesis (Psychology). Ontario, Canada, 2018.
- MAIR, Peter. Os partidos e a democracia. **Análise Social**, vol. XXXVIII (167), 277-293, 2003.
- MCCURDY, P. Theorizing “Lay Theories of Media”: A Case Study of the Dissent! Network at the 2005 Gleneagles G8 Summit. **International Journal of Communication**, vol. 5, p.619-638, 2011.
- MOOR, J. Lifestyle politics and the concept of political participation. **Acta Politica**, v. 52:2, p. 179-197, 2017.
- MORRIS, M., AMES, D. e KNOWLES, E. **What we theorize when we theorize: the ‘lay theory’ constructo in developmental, social and cultural psychology**. Working Paper n. 1523, 1993. Disponível em <<https://www.gsb.stanford.edu/faculty-research/working-papers/what-we-theorize-when-we-theorize-we-theorize-lay-theory-construct>> acesso em 14/05/2019.
- PARZIANELO, Guilherme. **Os movimentos de ocupação de espaços públicos como meios de comunicação cidadã: o Largo Vivo e a Serenata Iluminada**. Monografia de Graduação (Comunicação Social). UFRGS, 2016.
- PIOLLI, E., PEREIRA, L. e MESKO, A. A proposta de reorganização escolar do governo paulista e o movimento estudantil secundarista. **Crítica Educativa**. v.2, n.1, 2016. Disponível em <<http://www.criticaeducativa.ufscar.br/index.php/criticaeducativa/article/view/71>> Acesso em 14/05/2019.
- QUIVY, Raymond & CAMPENHOUDT, Luc van. **Manual de investigação em ciências sociais**. Lisboa: Gradiva Publicações, 1992.
- REVILLA, Marisa. Participación Política. In: MORAN, Maria Luz; BENEDICTO, Jorge. Ed. **Sociedad y Política**. Madrid: Alianza, 1995
- RODRIGUES, Fábio. Operação Ocupação. **Revista Página 22**, FGV EASP, São Paulo, n. 95, p. 38-39, mai. 2015. Disponível em <<http://pagina22.com.br/revistap22/95/>> Acesso em 14/05/2019.
- SAFATLE, Vladimir. **Amar uma ideia**. in HARVEY, D. *et al.* Occupy. São Paulo: Boitempo, 2012.
- SILVA, Camila e FERNANDES, Eduardo G. Ciclo de protestos de 2013: construção midiática das performances de contestação. **Ciências Sociais Unisinos**. v. 53 (2), p. 202-215, maio/agosto, 2017.
- SILVA, Camila F. **Dinâmicas da ação coletiva: as inovações nos repertórios de contestação nos eventos Defesa Pública da Alegria e Largo Vivo**. Monografia de Graduação. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2013.

_____. **Inovações nos repertórios de contestação: o confronto em torno do transporte público em Porto Alegre.** Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2016.

PEREIRA, Matheus M. **Enquadramento Interpretativo, Lógicas de Ação e Dinâmicas Interativas: dilemas em interações entre o movimento dos direitos animais e a grande mídia.** Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2014.

QUIRÓS, Julieta. Política e economia na ação coletiva: uma crítica etnográfica às premissas dicotômicas. *Mana*, 15 (1), 2009.

TIETBOEHL, Lúcia K. **Política na rua: modos de subjetivação e resistência nos movimentos de ocupação dos espaços públicos.** Dissertação de Mestrado em Psicologia Social e Institucional. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2015.

TILLY, C e TARROW, S. **Contentious politics.** Oxford: Oxford Press, 2015

VAN DETH, J. W. A conceptual map of political participation. *Acta Politica*, vol. 49,3,349-367, 2014a.

VAN DETH, J.W. Rejoinder. *Acta Politica*, vol. 49, 3, 347-348, 2014b.

VAN DETH, J.W. **Studying Political Participation: Towards a Theory of Everything?** Joint Sessions of Workshops of the European Consortium for Political Research, Grenoble, France, 2001. Disponível em < <http://uni-mannheim.academia.edu/JanWvanDeth> > Acesso em 14/05/2019.

VAISEY, Stephen. Motivation and Justification: a dual-process model of culture in action. *American Journal of Sociology*. Volume 114 Number 6 (May 2009): 1675–1715

ZIZEK, Slavoj. **O violento silêncio de um novo começo.** in HARVEY, D. *et al.* *Occupy*. São Paulo: Boitempo, 2012.